

# Resultado do Tesouro Nacional

Brasília  
Abril/2012

**MINISTRO DA FAZENDA**  
Guido Mantega**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**  
Nelson Barbosa**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**  
Arno Hugo Augustin Filho**CHEFE DE GABINETE**  
Lindemberg de Lima Bezerra**SUBSECRETÁRIOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira  
Eduardo Coutinho Guerra  
Gilvan da Silva Dantas  
Liscio Fábio de Brasil Camargo  
Marcus Pereira Aucélio  
Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Felipe Palmeira Bardella**EQUIPE**

Alexandre Bueno Damado  
Bruno de Sousa Simões  
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha  
Gregório Diniz  
Guilherme Ceccato  
Janet Maria Pereira  
Karla de Lima Rocha  
Renato Nogueira Starling

**Arte**

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha  
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros  
Diagramação: Renato Barbosa

**O Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203  
Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** cesef.df.stn@fazenda.gov.br

**Home Page:** <http://www.tesouro.gov.br>

**Ministério da Fazenda**

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 18, n. 3 (mar. 2012). – Brasília : STN, 1995\_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.  
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

# Sumário

---

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Receitas do Tesouro Nacional.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	11
Despesas do Tesouro Nacional.....	13
Previdência Social.....	19
Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22
Dívida Interna Líquida.....	23
Dívida Externa Líquida.....	26

# Listá de Tabelas

---

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....	5
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....	6
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....	7
Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....	10
Tabela 5 - Transferências a Estados e Municípios.....	11
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....	12
Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central.....	13
Tabela 8 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Tabela 9 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Mensal.....	15
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	17
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....	18
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....	18
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social.....	19
Tabela 15 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....	21
Tabela 16 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....	21
Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....	23
Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional.....	25
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional.....	26
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	26

## **Lista de Gráficos**

---

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar.....	17
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência.....	20
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22

# Resultado Fiscal do Governo Central

O resultado primário do Governo Central, em março de 2012, foi superavitário em R\$ 7,6 bilhões, contra R\$ 5,4 bilhões em fevereiro de 2012. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,4 bilhões, enquanto que a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 1,8 bilhão e R\$ 63,0 milhões, respectivamente.

R\$ Milhões

**Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central<sup>1</sup> - Brasil - 2011 / 2012**

Discriminação do Resultado	Fev/12	Mar/12	Variação %	Jan - Mar		Variação %
				2011	2012	
I. RECEITA TOTAL	77.758,2	83.101,9	6,9%	231.390,9	263.304,1	13,8%
Receitas do Tesouro	58.717,5	60.652,7	3,3%	177.927,8	202.020,7	13,5%
Receitas da Previdência Social	18.802,3	22.221,4	18,2%	52.913,7	60.621,4	14,6%
Receitas do Banco Central	238,4	227,8	-4,4%	549,4	662,0	20,5%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	18.190,9	12.285,9	-32,5%	41.879,7	46.099,3	10,1%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	59.567,3	70.816,0	18,9%	189.511,2	217.204,8	14,6%
IV. DESPESA TOTAL	54.196,2	63.257,4	16,7%	163.802,0	183.450,2	12,0%
Despesas do Tesouro	30.042,4	38.980,7	29,8%	100.683,1	112.209,4	11,4%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	23.945,8	23.985,9	0,2%	62.386,6	70.534,8	13,1%
Despesas do Banco Central	208,1	290,8	39,8%	732,3	706,0	-3,6%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB <sup>2</sup>	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	5.371,1	7.558,6	40,7%	25.709,2	33.754,5	31,3%
Tesouro Nacional	10.484,2	9.386,1	-10,5%	35.365,1	43.711,9	23,6%
Previdência Social (RGPS)	-5.143,4	-1.764,5	-65,7%	-9.473,0	-9.913,3	4,6%
Banco Central <sup>3</sup>	30,3	-63,0	-307,7%	-182,9	-44,1	-75,9%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				2,67%	3,31%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de “pagamento efetivo”, que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

2. Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

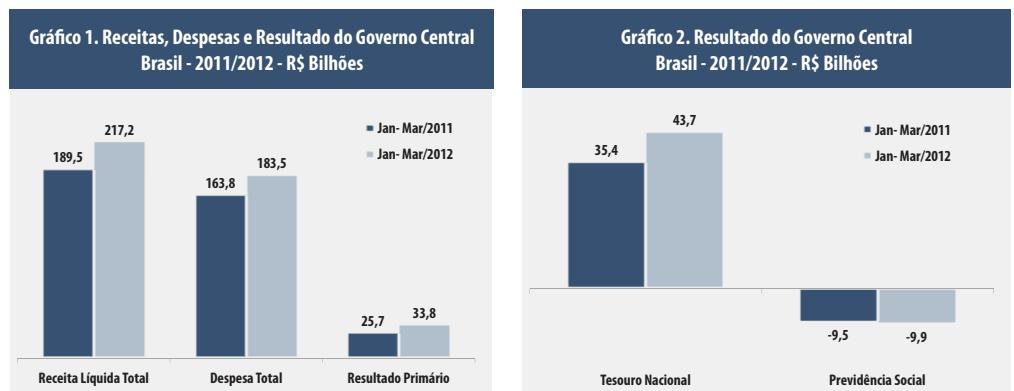
3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (incluir transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Governo Central apresentaram acréscimo de R\$ 5,3 bilhões (6,9%), passando de R\$ 77,8 bilhões, em fevereiro de 2012, para R\$ 83,1 bilhões, em março de 2012. Esse comportamento decorreu, principalmente, do encerramento, em março de 2012, do prazo para recolhimento do IRPJ e CSLL referentes à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2011 e da postergação do prazo até março de 2012 para recolhimento do Simples Nacional, que afetou, principalmente, a arrecadação do PIS/Cofins, CSLL e da receita previdenciária.

Em relação às despesas, verificou-se aumento de R\$ 9,1 bilhões (16,7%) em relação a fevereiro de 2012, sobretudo em virtude do aumento de R\$ 9,3 bilhões

*O resultado primário do Governo Central, em março de 2012, foi superavitário em R\$ 7,6 bilhões, contra superávit de R\$ 5,4 bilhões, em fevereiro de 2012.*

(59,3%) observada nos gastos com Custeio e Capital.



**No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central foi superior em R\$ 8,0 bilhões ao realizado no mesmo período do ano anterior.**

Comparativamente ao acumulado até março de 2011, houve crescimento de R\$ 8,0 bilhões no superávit apurado. Essa evolução reflete o aumento de R\$ 8,3 bilhões no superávit do Tesouro Nacional, o aumento de R\$ 440,4 milhões no déficit da Previdência Social e a redução de R\$ 138,8 milhões no déficit do Banco Central.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 31,9 bilhões (13,8%) relativamente ao acumulado até março de 2011. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo crescimento na arrecadação de impostos (crescimento de R\$ 5,9 bilhões em IRPJ), de contribuições (acrédito de R\$ 3,4 bilhões na CSLL e de R\$ 2,3 bilhões na Cofins) e da cota parte de compensações financeiras (crescimento de R\$ 2,2 bilhões).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 4,2 bilhões no primeiro trimestre de 2012 em virtude do aumento observado nas transferências constitucionais (R\$ 2,5 bilhões) e na transferência de royalties de petróleo (R\$ 1,6 bilhão).

Em relação ao acumulado até março de 2011, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 19,6 bilhões (12,0%) destacando-se os incrementos de R\$ 10,0 bilhões (17,6%) nas Despesas de Custo e Capital e de R\$ 8,1 bilhões (13,1%) nas Despesas da Previdência Social.

Discriminação	% PIB	
	Jan - Mar	
	2011	2012
GOVERNO CENTRAL	2,67%	3,31%
Tesouro Nacional	3,68%	4,29%
Previdência Social	-0,98%	-0,97%
Banco Central	-0,02%	0,00%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

# Receitas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

**Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central<sup>1</sup> - Brasil - 2011 / 2012**

Discriminação do Resultado	Fev/12	Mar/12	Variação %	Jan - Mar		Variação %
				2011	2012	
I. RECEITA TOTAL	77.758,2	83.101,9	6,9%	231.390,9	263.304,1	13,8%
I.1. Receitas do Tesouro	58.717,5	60.652,7	3,3%	177.927,8	202.020,7	13,5%
Receita Bruta <sup>2</sup>	59.324,5	61.124,5	3,0%	179.024,0	203.835,7	13,9%
Impostos	25.671,4	30.138,5	17,4%	86.269,9	98.183,7	13,8%
IR	17.547,7	21.522,5	22,7%	62.862,0	71.575,9	13,9%
IPI	3.487,2	3.602,3	3,3%	10.929,9	11.671,9	6,8%
Outros	4.636,5	5.013,7	8,1%	12.477,9	14.935,9	19,7%
Contribuições	22.663,5	23.722,4	4,7%	70.439,4	77.052,3	9,4%
COFINS	12.261,9	12.966,0	5,7%	37.680,6	39.977,7	6,1%
CSLL	4.903,9	5.189,7	5,8%	15.609,9	18.998,7	21,7%
Pis/Pasep	3.443,5	3.577,9	3,9%	10.071,1	11.015,1	9,4%
CIDE-Combustíveis	399,1	436,1	9,3%	2.064,0	1.250,9	-39,4%
Outras	1.655,1	1.552,7	-6,2%	5.013,8	5.809,9	15,9%
Demais	10.989,6	7.263,6	-33,9%	22.314,7	28.599,7	28,2%
Cota parte de compensações financeiras	1.556,4	1.491,0	-4,2%	6.336,9	8.566,3	35,2%
Diretamente arrecadadas	2.684,4	2.910,4	8,4%	7.624,9	8.807,5	15,5%
Concessões	8,7	5,9	-32,7%	281,4	305,8	8,7%
Dividendos	4.961,8	3,2	-99,9%	3.167,6	4.965,1	56,7%
Outras	1.778,3	2.853,1	60,4%	4.903,8	5.955,1	21,4%
(-) Restituições	-607,0	-439,9	-27,5%	-1.044,2	-1.783,2	70,8%
(-) Incentivos Fiscais	-	-31,8	-	-51,9	-31,8	-38,6%
I.2. Receitas da Previdência Social <sup>3</sup>	18.802,3	22.221,4	18,2%	52.913,7	60.621,4	14,6%
Receitas da Previdência Social – Urbano	18.445,8	21.788,5	18,1%	51.817,1	59.444,9	14,7%
Receitas da Previdência Social – Rural	356,5	432,9	21,4%	1.096,6	1.176,5	7,3%
I.3. Receitas do Banco Central	238,4	227,8	-4,4%	549,4	662,0	20,5%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de “pagamento efetivo”, que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

**A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de 3,0% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, do encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do IRPJ e CSLL referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2011 e da postergação para março de 2012 do recolhimento do Simples Nacional.**

## Receitas do Tesouro Nacional

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 1,8 bilhão (3,0%), passando de R\$ 59,3 bilhões, em fevereiro, para R\$ 61,1 bilhões, em

março de 2012. Este comportamento é explicado pelo crescimento de R\$ 4,5 bilhões (17,4%) na arrecadação de impostos e de R\$ 1,1 bilhão (4,7%) na de contribuições, contrapostos pelo decréscimo de R\$ 3,7 bilhões (33,9%) nas demais receitas.

Em março, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 30,1 bilhões e as de contribuições R\$ 23,7 bilhões, apresentando em seu conjunto aumento de R\$ 5,5 bilhões (11,4%) em relação aos valores apurados em fevereiro. Essa evolução reflete, sobretudo:

- i) aumento de R\$ 2,2 bilhões (26,3%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 285,8 milhões (5,8%) na da CSLL, devido ao encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo do IRPJ e da CSLL referente à Declaração de Ajuste relativa a 2011. Adicionalmente, no caso da CSLL, a postergação do prazo de recolhimento do Simples Nacional, de fevereiro para março de 2012 (Resolução nº 96/2012 do Comitê Gestor do Simples Nacional), também impactou esta evolução;
- ii) crescimento de R\$ 1,3 bilhão (24,4%) na arrecadação de IRRF- Rendimentos do Trabalho, influenciado pelo pagamento de valores de participação nos lucros ou resultados, realizado por empresas do setor financeiro no mês de fevereiro, com reflexo em março; e
- iii) crescimento de R\$ 704,0 milhões (5,7%) na arrecadação da Cofins, influenciada pela postergação do prazo de recolhimento do Simples Nacional.



As demais receitas do Tesouro Nacional registraram decréscimo de R\$ 3,7 bilhões (33,9%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações:

- i) diminuição de R\$ 5,0 bilhões na arrecadação de dividendos; e
- ii) aumento de R\$ 1,0 bilhão em outras receitas, especialmente em função da Lei nº 11.941/2009, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários.

## Receitas do Tesouro Nacional Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com os três primeiros meses de 2011, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 24,8 bilhões (13,9%), passando de R\$ 179,0 bilhões para R\$ 203,8 bilhões. Esse crescimento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de

vendas e a massa salarial.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- i) crescimento de R\$ 5,9 bilhões (19,4%) no IRPJ e de R\$ 3,4 bilhões (21,7%) na CSLL, explicado, principalmente, pelo desempenho da economia durante 2011, com reflexos no item da declaração de ajuste anual e incremento no pagamento das estimativas mensais, principalmente por parte do setor financeiro;
- ii) crescimento de R\$ 2,4 bilhões (8,0%) no IRRF, devido, especialmente à elevação de R\$ 1,9 bilhão (10,4%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 16,2% da massa salarial do mês de fevereiro de 2012 em relação a fevereiro de 2011;
- iii) incremento de R\$ 2,3 bilhões (6,1%) na Cofins e de R\$ 944,0 milhões (9,4%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo, ao crescimento de 5,0% do volume de vendas de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012 em relação a dezembro de 2010 a fevereiro de 2011 (PMC-IBGE); e
- iv) incremento de R\$ 742,0 milhões (6,8%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: a) IPI – Automóveis, redução de 9,8% no volume de vendas ao mercado interno, no comparativo entre dezembro de 2011 a fevereiro de 2012 em relação ao mesmo período de 2010/2011 e crescimento dos montantes de compensações no acumulado dos meses de janeiro/2012 a março/2012 quando comparados com os meses de janeiro/2011 a março/2011; b) IPI – Vinculado à Importação, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 9,6% no valor em dólar (volume) das importações, de 1,5% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação, de 13,9% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado e de 6,2% na taxa média de câmbio; e c) IPI – Outros, devido ao decréscimo de 2,7% na produção industrial no acumulado de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior e queda na arrecadação observada nos seguintes setores: fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, metalurgia, fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos de minerais não-metálicos, fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 6,3 bilhões (28,2%), em relação ao primeiro trimestre de 2011, decorrente dos seguintes fatores:

- i) incremento de R\$ 1,8 bilhão na arrecadação de dividendos;
- ii) aumento de R\$ 2,2 bilhões (32,5%) em cota-parte de compensações financeiras, em função do maior recolhimento de participação especial relativa à exploração



*Nos três primeiros meses de 2012, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 13,9% em relação ao ano anterior, refletindo o comportamento dos principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação tributária.*

de petróleo em razão do aumento do volume produzido e do aumento do preço internacional; e

iii) crescimento de R\$ 1,2 bilhão (15,5%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e fundações.

Discriminação	% PIB	
	2011	2012
RECEITA BRUTA <sup>1</sup>	18,61%	19,99%
Impostos	8,97%	9,63%
IR	6,53%	7,02%
IPI	1,14%	1,14%
Outros	1,30%	1,47%
Contribuições	7,32%	7,56%
COFINS	3,92%	3,92%
CSLL	1,62%	1,86%
Pis/Pasep	1,05%	1,08%
CIDE-Combustíveis	0,21%	0,12%
Outras	0,52%	0,57%
Demais	2,32%	2,81%
Cota parte de compensações financeiras	0,66%	0,84%
Diretamente arrecadadas	0,79%	0,86%
Concessões	0,03%	0,03%
Dividendos	0,33%	0,49%
Outras	0,51%	0,58%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

# Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

**Tabela 5 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2011 / 2012**

Discriminação do Resultado	Fev/12	Mar/12	Variação %	Jan - Mar		Variação %
				2011	2012	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	18.190,9	12.285,9	-32,5%	41.879,7	46.099,3	10,1%
Transferências Constitucionais	13.816,2	9.463,0	-31,5%	32.091,3	34.569,9	7,7%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5	-	487,5	487,5	-
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	-	477,4	447,9	-6,2%
Demais Transferências	4.212,2	2.660,4	-36,8%	8.823,5	10.594,0	20,1%
Salário Educação	1.160,8	687,5	-40,8%	2.179,3	2.450,5	12,4%
Royalties	3.033,9	1.349,4	-55,5%	4.049,0	5.655,2	39,7%
Fundef/Fundeb	0,0	606,9	-	2.510,9	2.402,5	-4,3%
Outras	17,5	16,6	-5,3%	84,3	85,8	1,7%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

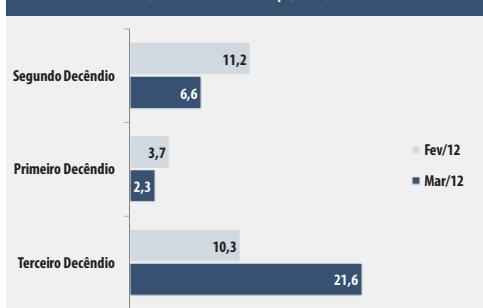
## Transferências do Tesouro Nacional

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março de 2012, as transferências a Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R\$ 5,9 bilhões (32,5%), totalizando R\$ 12,3 bilhões, contra R\$ 18,2 bilhões no mês anterior. Esse comportamento resulta de:

- i) queda de R\$ 4,4 bilhões (31,5%) frente a fevereiro nas transferências constitucionais, como impacto da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de fevereiro, com reflexo nas transferências de março;
- ii) decréscimo de R\$ 1,7 bilhão nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural; e

**Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2012 - R\$ Bilhões**



*As transferências a Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R\$ 5,9 bilhões (32,5%) em março de 2012, frente ao mês anterior devido a fatores sazonais, tais como a menor arrecadação dos tributos compartilhados no último decêndio de fevereiro e os repasses trimestrais dos recursos provenientes da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.*

- iii) crescimento de R\$ 606,9 milhões nas transferências da complementação ao Fundeb, de acordo com cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 1809/2011.

## Transferências do Tesouro Nacional Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

---

*Nos três primeiros meses de 2012 as transferências apresentaram aumento de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.*

No comparativo do primeiro trimestre de 2012 contra o mesmo período de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 4,2 bilhões (10,1%), elevando-se de R\$ 41,9 bilhões em 2011 para R\$ 46,1 bilhões em 2012. As principais variações no período foram:

- i) aumento de R\$ 2,5 bilhões (7,7%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e
- ii) incremento de R\$ 1,6 bilhão (39,7%) nas transferências de royalties de petróleo advindos do aumento dos repasses de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Discriminação	Jan - Mar		% PIB
	2011	2012	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,35%	4,52%	
Transferências Constitucionais	3,34%	3,39%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 <sup>1</sup>	0,05%	0,05%	
Transferências da Cide - Combustíveis	0,05%	0,04%	
Demais Transferências	0,92%	1,04%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

# Despesas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

**Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central<sup>1</sup> - Brasil - 2011 / 2012**

Discriminação do Resultado	Fev/12	Mar/12	Variação %	Jan - Mar		Variação %
				2011	2012	
I. DESPESA TOTAL	54.196,2	63.257,4	16,7%	163.802,0	183.450,2	12,0%
I.1. Despesas do Tesouro	30.042,4	38.980,7	29,8%	100.683,1	112.209,4	11,4%
Pessoal e Encargos Sociais <sup>2</sup>	14.225,8	13.885,1	-2,4%	43.007,8	44.429,0	3,3%
Custeio e Capital	15.630,0	24.903,6	59,3%	57.193,3	67.243,2	17,6%
Despesa do FAT	1.539,1	2.773,4	80,2%	5.932,9	6.658,4	12,2%
Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	414,5	704,5	69,9%	2.576,8	4.375,2	69,8%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) <sup>4</sup>	2.425,6	2.441,1	0,6%	6.053,3	7.167,8	18,4%
Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	11.250,7	18.984,5	68,7%	42.630,3	49.041,8	15,0%
Outras Despesas de Custeio	9.384,4	12.892,8	37,4%	29.943,3	33.370,6	11,4%
Outras Despesas de Capital <sup>5</sup>	1.866,2	6.091,7	226,4%	12.687,0	15.671,2	23,5%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	186,6	192,1	2,9%	481,9	537,2	11,5%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) <sup>6</sup>	23.945,8	23.985,9	0,2%	62.386,6	70.534,8	13,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano	18.542,7	18.591,2	0,3%	48.698,9	54.569,7	12,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	5.403,1	5.394,7	-0,2%	13.687,8	15.965,1	16,6%
I.3. Despesas do Banco Central	208,1	290,8	39,8%	732,3	706,0	-3,6%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de “pagamento efetivo”, que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme MP nº 561/2012.

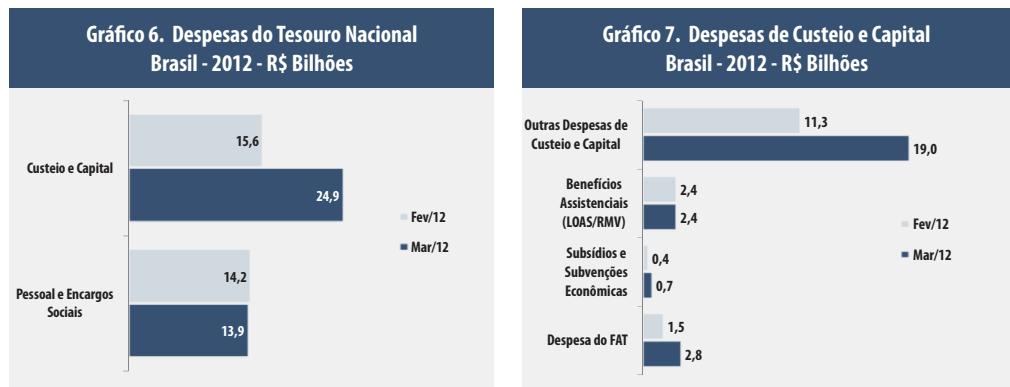
6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

**As despesas do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 8,9 bilhões (29,8%) em relação a fevereiro de 2012.**

## Despesas do Tesouro Nacional

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 39,0 bilhões, representando um aumento de R\$ 8,9 bilhões (29,8%) em relação a fevereiro de 2012. Esse aumento decorreu principalmente do acréscimo de R\$ 9,3 bilhões nas despesas de Custeio e Capital e da redução de R\$ 340,8 milhões nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.



As despesas de Custeio e Capital totalizaram R\$ 24,9 bilhões frente a R\$ 15,6 bilhões em fevereiro de 2012. Este comportamento deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

- aumento de Outras Despesas de Custeio e Capital, em R\$ 7,7 bilhões (68,7%), concentrado principalmente nas despesas discricionárias, que apresentaram acréscimo de R\$ 4,0 bilhões (42,8%), e no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujo aumento foi de R\$ 2,9 bilhões (282,9%). Dentre as despesas discricionárias, os principais aumentos foram observados nos desembolsos dos Ministérios da Saúde, de R\$ 1,5 bilhão (31,3%), da Defesa, de R\$ 776,6 milhões (147,5%) e da Educação, de R\$ 652,9 milhões (62,0%);
- aumento nas despesas do FAT com Abono e Seguro Desemprego em R\$ 1,2 bilhão (81,1%). O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2011/2012 (agosto/2011 a julho/2012), regulamentado pela Resolução Codefat nº 668/2011; e

Discriminação	Fev/12	Mar/12	Variação %
Precatórios e Sentenças	39,2	47,2	20,4%
Legislativo	95,9	126,3	31,8%
Judiciário	511,5	583,3	14,0%
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	151,1	174,2	15,3%
PAC <sup>2</sup>	1.016,1	3.890,3	282,9%
Outras <sup>3</sup>	156,8	913,6	482,8%
Discricionárias	9.280,0	13.249,6	42,8%
Min. da Saúde	4.734,7	6.218,3	31,3%
Min. do Des. Social	1.484,9	1.891,0	27,3%
Min. da Educação	1.052,5	1.705,4	62,0%
Min. da Defesa	526,5	1.303,1	147,5%
Min. da Ciência e Tec.	283,7	335,0	18,1%
Min. do Des. Agrário	47,2	96,6	104,6%
Min. da Justiça	141,8	211,4	49,1%
Min. da Previdência	99,7	171,6	72,1%
Min. dos Transportes	47,7	111,1	132,7%
Min. das Cidades	37,8	109,9	190,7%
Demais	823,5	1.096,0	33,1%
<b>Total</b>	<b>11.250,7</b>	<b>18.984,5</b>	<b>68,7%</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

**As despesas do PAC cresceram R\$ 2,9 bilhões (282,9%) no comparativo entre março e fevereiro de 2012.**

iii) acréscimo nas despesas em Subsídios e Subvenções Econômicas de R\$ 289,9 milhões (69,9%) decorrente, principalmente, da execução dos Programas: a) Programa de Financiamento às Exportações - Proex, com aumento de R\$ 100,8 milhões; b) Custo Agropecuário, com acréscimo de R\$ 86,7 milhões; e c) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, com aumento de R\$ 68,9 milhões em relação ao mês anterior.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram R\$ 340,8 milhões (2,4%) em relação ao mês anterior.

Discriminação	Fev/12	Mar/12
Agricultura	92,1	286,8
Custeio Agropecuário	0,0	86,7
Investimento Rural	0,0	-18,3
Preços Agrícolas	84,9	140,5
EGF	0,0	26,8
AGF	44,9	63,7
Sustent. de preços	40,0	50,0
Pronaf	-0,6	68,3
Pesa	0,0	0,0
Álcool	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	0,4	12,6
FUNCAFÉ	7,3	7,9
Revitaliza	0,0	-10,9
Outros	-6,5	101,6
PSI	0,0	0,0
Op. Microcredito (EQMPO)	20,6	12,5
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-5,8	-3,2
Exportação (Proex)	-38,3	62,4
Itaipu <sup>2</sup>	17,1	29,8
<b>Total</b>	<b>85,6</b>	<b>388,3</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

2. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

**As despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram 2,4% em relação ao mês anterior.**

## Despesas do Tesouro Nacional

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 11,5 bilhões (11,4%) em relação ao primeiro trimestre de 2011, destacando-se as variações de R\$ 10,0 bilhões (17,6%) nas Despesas de Custo e Capital e de R\$ 1,4 bilhão (3,3%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

**No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 11,5 bilhões (11,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior.**

**Nos três primeiros meses de 2012, os gastos com investimentos do PAC apresentaram incremento de R\$ 2,6 bilhões (46,9%) em relação ao mesmo período de 2011.**



O aumento de R\$ 10,0 bilhões observados nos gastos com Custo e Capital, quando comparados ao mesmo período de 2011, pode ser explicado por:

i) crescimento de R\$ 6,4 bilhões (15,0%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram:  
 a) aumento de R\$ 3,6 bilhões (10,7%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R\$ 2,6 bilhões (46,9%) nas despesas do PAC; e c) redução de R\$ 1,3 bilhão (71,3%) nos desembolsos relativos a créditos extraordinários. Nas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R\$ 1,9 bilhão (14,2%); do Ministério do Desenvolvimento Social, com incremento de R\$ 1,1 bilhão (24,2%); e do Ministério da Defesa, com redução de R\$ 396,4 milhões (12,7%);

ii) aumento de R\$ 1,8 bilhão (69,8%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, alcançando R\$ 4,4 bilhões no acumulado até março de 2012, contra R\$ 2,6 bilhões no primeiro trimestre de 2011. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Programa Aquisição do Governo Federal - AGF (crescimento de R\$ 921,5 milhões); b) Programa Nacional de Fortalecimento

Discriminação	Jan - Mar		Variação %
	2011	2012	
Precatórios e Sentenças	114,8	111,5	-2,9%
Legislativo	290,3	336,7	15,9%
Judiciário	1.288,9	1.585,3	23,0%
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	1.811,0	519,6	-71,3%
PAC <sup>2</sup>	5.461,4	8.021,2	46,9%
Outras <sup>3</sup>	351,5	1.583,3	350,4%
Discricionárias	33.312,3	36.884,3	10,7%
Min. da Saúde	13.654,1	15.590,8	14,2%
Min. do Des. Social	4.477,7	5.562,0	24,2%
Min. da Educação	5.204,3	5.188,6	-0,3%
Min. da Defesa	3.115,1	2.718,7	-12,7%
Min. da Ciência e Tec.	946,3	890,8	-5,9%
Min. do Des. Agrário	240,7	312,3	29,7%
Min. da Justiça	609,6	525,6	-13,8%
Min. da Previdência	429,2	388,6	-9,5%
Min. dos Transportes	221,9	300,7	35,5%
Min. das Cidades	103,4	185,2	79,2%
Demais	4.310,0	5.221,0	21,1%
<b>Total</b>	<b>42.630,3</b>	<b>49.041,8</b>	<b>15,0%</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

da Agricultura Familiar - Pronaf (crescimento de R\$ 626,5 milhões); e c) Custeio Agropecuário (crescimento de R\$ 331,4 milhões); e

iii) incremento de R\$ 1,1 bilhão (18,4%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2011. Essa variação é explicada pelos reajustes de 5,9% e de 14,1% do salário mínimo nos anos de 2011 e 2012, respectivamente.

Os dispêndios com a folha salarial registraram crescimento de R\$ 1,4 bilhão (3,3%), passando de R\$ 43,0 bilhões em 2011, para R\$ 44,4 bilhões em 2012. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, houve redução de R\$ 264,6 milhões (3,3%) enquanto no Poder Executivo houve acréscimo de R\$ 1,7 bilhão (4,8%). Houve aumento no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 91,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até março de 2012, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 10,8 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 3,3 bilhões), da Educação (R\$ 2,8 bilhões), da Defesa (R\$ 1,2 bilhão) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 508,1 milhões).

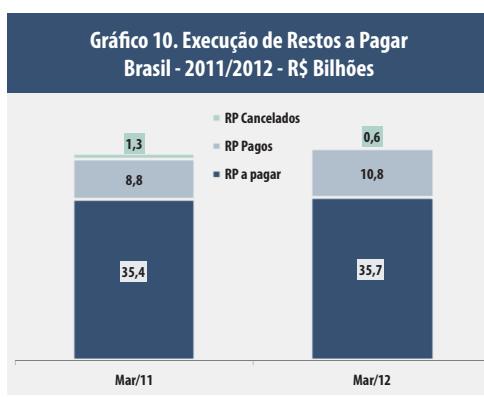
Discriminação	Jan - Mar		R\$ Milhões
			2011
	2011	2012	
Agricultura	1450,4	2970,9	
Custeio Agropecuário	208,5	539,9	
Investimento Rural	23,2	62,4	
Preços Agrícolas	-206,7	599,3	
EGF	28,2	80,6	
AGF	-512,9	408,7	
Sustent. de preços	278,0	110,0	
Pronaf	988,2	1614,7	
Pesa	318,8	44,6	
Álcool	0,0	0,7	
Cacau	0,1	0,4	
Securitização	0,0	0,0	
Fundo da Terra/Inca	60,9	31,8	
FUNCAFÉ	31,6	26,6	
Revitaliza	25,7	50,5	
Outros	101,3	348,3	
PSI	0,0	240,0	
Op. Microcredito (EQMPO)	0,0	70,5	
Habitação (PSH)	0,0	0,0	
FND	0,0	-15,7	
Exportação (Proex)	101,3	-10,3	
Itaipu <sup>2</sup>	0,0	63,9	
<b>Total</b>	<b>1551,7</b>	<b>3319,2</b>	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

2. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.



R\$ Milhões

Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano Brasil - 2007 /2012						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2007	2.575.467,0	7,8%	1.239.649,3	9,5%	1.335.817,8	6,3%
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
Mar/07	2.500.220,0	-	1.197.257,3	-	1.302.962,7	-
Mar/08	2.716.609,0	8,7%	1.312.881,3	9,7%	1.403.727,7	7,7%
Mar/09	2.971.965,3	9,4%	1.442.940,0	9,9%	1.529.025,3	8,9%
Mar/10	3.198.160,7	7,6%	1.551.103,0	7,5%	1.647.057,7	7,7%
Mar/11	3.430.773,3	7,3%	1.633.224,3	5,3%	1.797.549,0	9,1%
Mar/12	3.616.705,0	5,4%	1.694.820,0	3,8%	1.921.885,0	6,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

**Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012**

Discriminação	Jan - Mar	
	2011	2012
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	10,47%	11,01%
Pessoal e Encargos Social	4,47%	4,36%
Custeio e Capital	5,94%	6,60%
Despesas do FAT	0,62%	0,65%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,27%	0,43%
LOAS/RMV	0,63%	0,70%
Outras	4,43%	4,81%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

# Previdência Social

R\$ Milhões

**Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012**

Discriminação do Resultado	Fev/12	Mar/12	Variação %	Jan - Mar		Variação %
				2011	2012	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	18.802,3	22.221,4	18,2%	52.913,7	60.621,4	14,6%
Arrecadação Bruta	21.254,9	24.484,2	15,2%	60.188,5	69.099,2	14,8%
Contribuição Previdenciária	20.605,9	20.889,3	1,4%	54.404,1	62.236,0	14,4%
Simples	516,1	3.347,2	548,6%	5.223,2	6.332,0	21,2%
CFT	11,9	20,1	68,9%	43,2	60,0	38,8%
Depósitos Judiciais	110,8	219,5	98,1%	488,2	441,3	-9,6%
Refis	10,2	8,2	-20,0%	29,8	29,9	0,3%
(-) Restituição/Devolução	-198,9	-71,7	-64,0%	-151,7	-290,6	91,6%
(-) Transferências a Terceiros	-2.253,6	-2.191,2	-2,8%	-7.123,1	-8.187,1	14,9%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	23.945,8	23.985,9	0,2%	62.386,6	70.534,8	13,1%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-5.143,4	-1.764,5	-65,7%	-9.473,0	-9.913,3	4,6%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-0,98%	-0,97%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

*Em março de 2012, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 1,8 bilhão, contra déficit de R\$ 5,1 bilhões em fevereiro.*

## Previdência Social

### Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em março de 2012, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 1,8 bilhão, contra um déficit de R\$ 5,1 bilhões em fevereiro. O principal fator que contribuiu para este resultado foi o aumento de R\$ 3,4 bilhões (18,2%) na arrecadação líquida da Previdência Social, frente aos ingressos líquidos de fevereiro, totalizando R\$ 22,2 bilhões em março de 2012. Esse aumento decorreu da prorrogação do pagamento dos tributos do Simples Nacional com vencimento no período de apuração de janeiro de 2012, pagos até 12/03/2012, conforme Resolução nº 96/2012 do Comitê Gestor do Simples Nacional.

## Previdência Social

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação ao primeiro trimestre do ano anterior, o déficit previdenciário aumentou R\$ 440,4 milhões (4,6%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 7,7 bilhões (14,6%) devido ao crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. A variação nominal da massa salarial apurada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), entre fevereiro de 2011 e

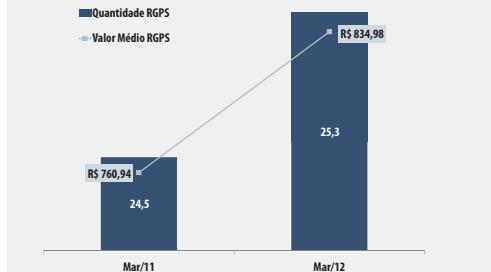
fevereiro de 2012, apresentou crescimento de 16,1%.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 8,1 bilhões (13,1%) comparativamente ao primeiro trimestre de 2011 devido, principalmente, aos seguintes fatores:

- i) aumento de R\$ 74,0 (9,7%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e
- ii) elevação de 763,2 mil (3,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2012, comparado ao de 2011, destacam-se os aumentos de 547,2 mil aposentadorias (3,5%), de 166,6 mil pensões por morte (2,5%) e 33,5 mil benefícios de auxílio-doença (2,4%).

**Gráfico 11. Benefícios Emitidos da Previdência Brasil - 2011/2012 - Média**



**No primeiro trimestre deste ano, o déficit da previdência passou de 0,98% para 0,97% do PIB comparativamente ao mesmo período do ano passado.**

Em mil benefícios

**Tabela 15 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012**

Discriminação	Fev/12	Mar/12	Variação %	Jan - Mar		Variação %
				2011	2012	
BENEFÍCIOS DO RGPS	25.267	25.304	0,1%	24.490	25.253	3,1%
Previdênciários	24.435	24.474	0,2%	23.666	24.423	3,2%
Aposentadorias	16.218	16.255	0,2%	15.674	16.214	3,4%
Idade	8.501	8.521	0,2%	8.199	8.499	3,7%
Invalidez	3.017	3.021	0,1%	2.963	3.016	1,8%
Tempo de contribuição	4.701	4.713	0,3%	4.512	4.699	4,1%
Pensão por morte	6.823	6.834	0,2%	6.654	6.822	2,5%
Auxílio-Doença	1.251	1.244	-0,6%	1.208	1.246	3,1%
Salário - maternidade	72	72	0,1%	69	71	3,7%
Outros	70	70	-0,3%	61	69	14,6%
Acidentários	832	829	-0,3%	824	831	0,8%
Aposentadorias	175	176	0,4%	167	175	4,5%
Pensão por morte	124	124	-0,1%	125	124	-1,2%
Auxílio - doença	175	172	-1,9%	178	174	-2,4%
Auxílio - acidente	290	290	0,2%	282	289	2,7%
Auxílio - suplementar	68	68	-0,4%	72	68	-4,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**Tabela 16 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2010 / 2011**

Discriminação	R\$ Milhões		Variação %	% PIB		
	Jan - Mar			Jan - Mar		
	2011	2012		2011	2012	
CONTRIBUIÇÃO	52.913,7	60.621,4	14,6%	5,50%	5,95%	
Urbano	51.817,1	59.444,9	14,7%	5,39%	5,83%	
Rural	1.096,6	1.176,5	7,3%	0,11%	0,12%	
BENEFÍCIOS	62.386,6	70.534,8	13,1%	6,48%	6,92%	
Urbano	48.698,9	54.569,7	12,1%	5,06%	5,35%	
Rural	13.687,8	15.965,1	16,6%	1,42%	1,57%	
RESULTADO PRIMÁRIO	-9.473,0	-9.913,3	4,6%	-0,98%	-0,97%	
Urbano	3.118,2	4.875,2	56,3%	0,32%	0,48%	
Rural	-12.591,2	-14.788,6	17,5%	-1,31%	-1,45%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

# Dívida Líquida do Tesouro Nacional

*Em março de 2012, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 22,5% do PIB, apresentando redução de 1,2 p.p. em comparação a março de 2011.*

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 943,9 bilhões em março de 2012. Comparativamente ao mês anterior houve diminuição de R\$ 96,3 bilhões, consequência da redução de R\$ 100,4 bilhões no estoque da dívida interna líquida e do aumento de R\$ 4,2 bilhões na dívida externa líquida.

Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Fev/12	Mar/12	Variação %	Mar/11	Mar/12	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	964.742,4	864.310,5	-10,4%	832.936,1	864.310,5	3,8%
Dívida Interna	2.593.004,3	2.561.689,5	-1,2%	2.301.553,3	2.561.689,5	11,3%
Haveres Internos	1.628.261,9	1.697.379,0	4,2%	1.468.617,2	1.697.379,0	15,6%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	75.481,7	79.636,0	5,5%	83.232,0	79.636,0	-4,3%
Dívida Externa	75.851,2	80.032,6	5,5%	83.534,8	80.032,6	-4,2%
Haveres Externos	369,5	396,6	7,3%	302,8	396,6	30,9%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.040.224,1	943.946,5	-9,3%	916.168,1	943.946,5	3,0%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB <sup>1</sup>	25,0%	22,5%		23,6%	22,5%	

Fonte: Tesouro Nacional

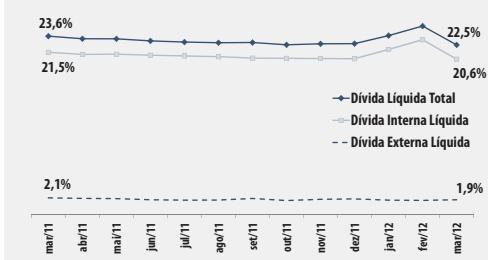
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a março de 2011, a DLTN aumentou R\$ 27,8 bilhões. Essa diferença decorreu do crescimento de R\$ 31,4 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado pelo decréscimo de R\$ 3,6 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em % do PIB, a DLTN apresentou redução de 1,2 p.p no mesmo período, passando de 23,6% em março de 2011 para 22,5% em março de 2012.

**Gráfico 12. Dívida Líquida do Tesouro Nacional 2011/2012 - % PIB**



# Dívida Interna Líquida

R\$ Milhões

**Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012**

Discriminação	Fev/12	Mar/12	Variação %	Mar/11	Mar/12	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	2.593.004,3	2.561.689,5	-1,2%	2.301.553,3	2.561.689,5	11,3%
Dívida Mobiliária	2.583.853,3	2.552.820,8	-1,2%	2.288.421,2	2.552.820,8	11,6%
DPMFi em Poder do PÚBLICO <sup>1</sup>	1.760.186,6	1.775.901,2	0,9%	1.611.512,8	1.775.901,2	10,2%
DPMFi em Poder do Banco Central	854.291,8	807.570,3	-5,5%	706.365,1	807.570,3	14,3%
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	-30.625,1	-30.650,7	0,1%	-29.456,7	-30.650,7	4,1%
Demais Obrigações Internas	9.151,1	8.868,8	-3,1%	13.132,1	8.868,8	-32,5%
II. HAVERES INTERNOS	1.628.261,9	1.697.379,0	4,2%	1.468.617,2	1.697.379,0	15,6%
Disponibilidades Internas	433.980,2	495.856,5	14,3%	378.930,0	495.856,5	30,9%
Haveres junto aos Governos Regionais	484.254,8	483.994,7	-0,1%	479.273,0	483.994,7	1,0%
Haveres da Administração Indireta	266.429,2	269.606,8	1,2%	241.669,9	269.606,8	11,6%
Haveres Administrados pela STN	443.597,7	447.921,0	1,0%	368.744,3	447.921,0	21,5%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	964.742,4	864.310,5	-10,4%	832.936,1	864.310,5	3,8%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB <sup>3</sup>	23,2%	20,6%		21,5%	20,6%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.

3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

*Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou um decréscimo de 0,9 p.p. em comparação a março de 2011.*

No mês de março, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 864,3 bilhões, apresentando, em relação ao mês anterior, uma diminuição de R\$ 100,4 bilhões, resultado do efeito conjugado da diminuição de R\$ 31,3 bilhões no estoque da dívida interna bruta e do aumento de R\$ 69,1 bilhões nos haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 20,6% em março de 2012.

Relativamente ao ano anterior, houve aumento de R\$ 31,4 bilhões, passando de R\$ 832,9 bilhões, em março de 2011, para R\$ 864,3 bilhões, em março de 2012. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 260,1 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado pelo crescimento de R\$ 228,8 bilhões nos haveres internos. Em relação ao PIB, houve diminuição de 0,9 p.p., passando de 21,5% para 20,6%.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, diminuiu R\$ 31,0 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação da DPMFi pode ser explicada pelo resgate líquido de R\$ 56,0 bilhões ocorrido no período. A apropriação de juros foi de R\$ 25,0 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Fev/12	Mar/12	Variação %	Mar/11	Mar/12	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	1.760.186,6	1.775.901,2	0,9%	1.611.512,8	1.775.901,2	10,2%
LFT	497.750,4	475.496,3	-4,5%	535.040,2	475.496,3	-11,1%
LTN	470.872,9	491.030,2	4,3%	328.884,9	491.030,2	49,3%
NTN-B	503.107,9	514.458,6	2,3%	406.550,3	514.458,6	26,5%
NTN-C	61.103,1	61.848,2	1,2%	60.952,9	61.848,2	1,5%
NTN-F	193.041,5	198.190,5	2,7%	245.163,8	198.190,5	-19,2%
Demais <sup>1</sup>	34.310,8	34.877,4	1,7%	34.920,7	34.877,4	-0,1%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-30.625,1	-30.650,7	0,1%	-29.456,7	-30.650,7	4,1%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	854.291,8	807.570,3	-5,5%	706.365,1	807.570,3	14,3%
<b>TOTAL</b>	<b>2.583.853,3</b>	<b>2.552.820,8</b>	<b>-1,2%</b>	<b>2.288.421,2</b>	<b>2.552.820,8</b>	<b>11,6%</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

Na carteira de títulos em poder do público, o aumento de R\$ 15,7 bilhões no mês está associado à apropriação de juros no valor de R\$ 16,9 bilhões, compensado em parte pelo resgate líquido de R\$ 1,2 bilhão. Na carteira do Banco Central a redução de R\$ 46,7 bilhões pode ser explicada pelo resgate líquido de R\$ 54,8 bilhões. No mês houve apropriação de juros no valor de R\$ 8,1 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional <sup>1</sup> - Brasil - 2011 / 2012					
Discriminação	Saldo Fev/12	Fatores de Variação <sup>2</sup>			Saldo Mar/12
		Emissões	Resgates <sup>3</sup>	Juros <sup>4</sup>	
EM PODER DO PÚBLICO	1.760.186,6	29.037,0	-30.244,0	16.921,7	1.775.901,2
LFT	497.750,4	1.666,7	-27.818,7	3.897,9	475.496,3
LTN	470.872,9	15.807,0	-28,6	4.379,0	491.030,2
NTN-B	503.107,9	7.893,0	-1.476,2	4.933,9	514.458,6
NTN-C	61.103,1	-	-32,6	777,7	61.848,2
NTN-F	193.041,5	3.177,3	-193,5	2.165,2	198.190,5
Demais <sup>5</sup>	34.310,8	493,1	-694,5	768,0	34.877,4
EM PODER DO BANCO CENTRAL	854.291,8	84,9	-54.868,8	8.062,3	807.570,3
<b>TOTAL</b>	<b>2.614.478,4</b>	<b>29.121,9</b>	<b>-85.112,8</b>	<b>24.984,0</b>	<b>2.583.471,5</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

4. Refere-se aos juros apropriados por competência.

5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 69,1 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo o maior volume das disponibilidades internas, e o aumento de R\$ 4,3 bilhões nos haveres administrados pela STN e de R\$ 3,2 bilhões nos haveres da administração indireta. Os haveres junto aos governos regionais não apresentaram variação significativa no mês.

R\$ Milhões

**Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012**

Discriminação	Fev/12	Mar/12	Variação %	Mar/11	Mar/12	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	433.980,2	495.856,5	14,3%	378.930,0	495.856,5	30,9%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	484.254,8	483.994,7	-0,1%	479.273,0	483.994,7	1,0%
Lei 9.496/97	370.187,7	370.239,3	0,0%	358.275,8	370.239,3	3,3%
MP 2.185/01	59.570,4	59.725,0	0,3%	57.379,4	59.725,0	4,1%
Lei 8.727/93	26.046,2	25.561,1	-1,9%	32.729,4	25.561,1	-21,9%
Antecipação de Royalties	7.661,5	7.574,1	-1,1%	9.373,2	7.574,1	-19,2%
Bônus Renegociados	4.787,9	4.944,9	3,3%	5.094,2	4.944,9	-2,9%
Demais Haveres	16.001,2	15.950,3	-0,3%	16.421,2	15.950,3	-2,9%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	266.429,2	269.606,8	1,2%	241.669,9	269.606,8	11,6%
FAT	157.790,6	159.905,6	1,3%	149.142,1	159.905,6	7,2%
Fundos Regionais	67.757,4	68.393,4	0,9%	59.921,7	68.393,4	14,1%
Demais	40.881,2	41.307,8	1,0%	32.606,2	41.307,8	26,7%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	443.597,7	447.921,0	1,0%	368.744,3	447.921,0	21,5%
<b>TOTAL</b>	<b>1.628.261,9</b>	<b>1.697.379,0</b>	<b>4,2%</b>	<b>1.468.617,2</b>	<b>1.697.379,0</b>	<b>15,6%</b>

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Nos haveres administrados pela STN, os aumentos mais significativos, principalmente dos saldos das operações estruturadas e haveres de legislação específica, decorreram da variação do dólar, que no mês teve variação de 6,61%. Quanto aos haveres da administração indireta, houve crescimento de R\$ 2,1 bilhões no saldo do FAT, de R\$ 636,0 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e de R\$ 426,6 milhões nos saldos dos demais fundos.

# Dívida Externa Líquida

**Em março de 2012, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 79,6 bilhões, equivalentes a 1,9% do PIB, valor inferior, em 0,3 p.p. ao registrado em março do ano anterior.**

R\$ Milhões						
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Fev/12	Mar/12	Variação %	Mar/11	Mar/12	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	75.851,2	80.032,6	5,5%	83.534,8	80.032,6	-4,2%
Dívida Mobiliária	65.437,6	69.010,3	5,5%	63.981,6	69.010,3	7,9%
Euro	3.927,0	4.202,2	7,0%	4.569,6	4.202,2	-8,0%
Global US\$	49.807,8	53.022,9	6,5%	47.582,0	53.022,9	11,4%
Global BRL	11.594,0	11.700,4	0,9%	11.703,5	11.700,4	0,0%
Demais	108,8	84,9	-22,0%	126,4	84,9	-32,9%
Dívida Contratual	10.413,6	11.022,2	5,8%	19.553,3	11.022,2	-43,6%
Organismos Internacionais	6.302,1	6.638,6	5,3%	16.083,7	6.638,6	-58,7%
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.111,6	4.383,6	6,6%	3.469,6	4.383,6	26,3%
II. HAVERES EXTERNOS	369,5	396,6	7,3%	302,8	396,6	30,9%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	369,5	396,6	7,3%	302,8	396,6	30,9%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	75.481,7	79.636,0	5,5%	83.232,0	79.636,0	-4,3%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB <sup>1</sup>	1,8%	1,9%		2,1%	1,9%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em março, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 79,6 bilhões, contra R\$ 75,5 bilhões em fevereiro, aumento de R\$ 4,2 bilhões em relação ao mês anterior. A valorização cambial representou no mês um crescimento de R\$ 4,2 bilhões e a apropriação de juros totalizou R\$ 667,5 milhões. Houve resgate líquido de R\$ 699,7 milhões no mesmo período.

R\$ Milhões						
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Saldo Fev/12	Fatores de Variação <sup>2</sup>				Saldo Mar/12
		Emissões	Resgates <sup>1</sup>	Juros <sup>2</sup>	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA <sup>3</sup>	65.437,6	-	-542,9	572,2	3.543,5	69.010,3
Global US\$	49.807,8	-	-511,4	436,5	3.290,0	53.022,9
Euro	3.927,0	-	0,0	28,9	246,3	4.202,2
Global BRL	11.594,0	-	0,0	106,4	-	11.700,4
Demais	108,8	-	-31,5	0,4	7,2	84,9
DÍVIDA CONTRATUAL	10.413,6	16,1	-172,9	95,3	670,1	11.022,2
Org Internacionais	6.302,1	16,1	-119,1	23,2	416,4	6.638,6
Bancos Privados/Agencias Governamentais	4.111,6	-	-53,8	72,1	253,7	4.383,6
TOTAL	75.851,2	16,1	-715,8	667,5	4.213,5	80.032,6

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 3,6 bilhões, passando de R\$ 83,2 bilhões, em março de 2011, para R\$ 79,6 bilhões, em março de 2012. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 86,2% (R\$ 69,0 bilhões) e a dívida contratual representa 13,8% (R\$ 11,0 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional cresceu 0,1 p.p. no mês. Comparativamente ao ano anterior houve redução de 0,2 p.p., passando de 2,1%, em março de 2011 para 1,9% em março de 2012.

# Anexos

---

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores):

*Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central*

*Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central*

*Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central*

*Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional*

*Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central*

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores):

*Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional*

*Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional*

*Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional*

d) Outras Informações:

*Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão*

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

# Listas de Abreviaturas

## Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito

Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
PSI – Programa de Sustentação do Investimento  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

**Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL \*

R\$ milhões

	Mar/2011	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2012
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>73.536,4</b>	<b>89.354,9</b>	<b>75.600,4</b>	<b>83.665,4</b>	<b>90.139,5</b>	<b>74.965,2</b>	<b>78.476,1</b>	<b>86.715,0</b>	<b>79.736,3</b>	<b>100.362,3</b>	<b>102.443,9</b>	<b>77.758,2</b>	<b>83.101,9</b>
I.1. Receitas do Tesouro	55.294,1	70.586,1	56.326,5	63.849,2	70.168,3	54.293,8	58.472,3	65.988,5	58.973,7	64.710,5	82.650,5	58.717,5	60.652,7
I.1.1. Receita Bruta	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.684,3	56.611,4	59.909,5	68.853,8	60.791,5	65.556,4	83.386,8	59.324,5	61.124,5
- Impostos	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5	25.321,3	25.435,0	35.366,3	27.889,0	32.952,3	42.373,8	25.671,4	30.138,5
- Contribuições	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5	23.171,2	22.753,7	25.306,9	23.068,8	22.767,6	30.666,5	22.663,5	23.722,4
- Demais <sup>1</sup>	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.462,3	8.118,9	11.720,8	8.180,5	9.833,7	9.836,5	10.346,5	10.989,6	7.263,6
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6	-2.316,7	-1.336,7	-2.841,9	-1.817,9	-845,2	-736,3	-607,0	-439,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-9,0	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8
I.2. Receitas da Previdência Social	18.020,2	18.546,2	19.039,8	19.612,1	19.756,1	20.450,9	19.793,4	20.521,6	20.559,0	34.699,2	19.597,7	18.802,3	22.221,4
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano <sup>2</sup>	17.636,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0	19.978,4	19.309,4	20.047,9	20.139,3	34.176,6	19.210,6	18.445,8	21.788,5
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural <sup>2</sup>	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1	472,5	484,0	473,7	419,7	522,6	387,1	356,5	432,9
I.3. Receitas do Banco Central	222,1	222,6	234,1	204,1	215,1	220,4	210,5	204,9	203,7	952,7	195,8	238,4	227,8
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>10.475,2</b>	<b>14.397,7</b>	<b>16.281,9</b>	<b>13.984,7</b>	<b>12.340,1</b>	<b>14.188,4</b>	<b>9.633,4</b>	<b>15.247,2</b>	<b>15.152,4</b>	<b>19.377,7</b>	<b>15.622,5</b>	<b>18.190,9</b>	<b>12.285,9</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1	9.802,4	7.869,4	10.374,9	10.907,7	15.447,4	11.290,6	13.816,2	9.463,0
II.2. Lei Complementar 87/Lei Complementar 115 <sup>3</sup>	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1	0,0	0,0	589,6	0,0	447,9	0,0	0,0	0,0
II.4. Demais	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4	4.223,5	1.601,5	3.470,2	3.432,2	3.117,8	3.721,4	4.212,2	2.660,4
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II)</b>	<b>63.061,2</b>	<b>74.957,2</b>	<b>59.318,5</b>	<b>69.680,7</b>	<b>77.799,4</b>	<b>60.776,8</b>	<b>68.842,7</b>	<b>71.467,7</b>	<b>64.583,9</b>	<b>80.984,6</b>	<b>86.821,5</b>	<b>59.567,3</b>	<b>70.816,0</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>54.088,8</b>	<b>59.415,0</b>	<b>55.156,4</b>	<b>59.100,5</b>	<b>66.458,1</b>	<b>58.236,0</b>	<b>63.427,3</b>	<b>59.962,4</b>	<b>59.873,5</b>	<b>78.967,0</b>	<b>65.996,7</b>	<b>54.196,2</b>	<b>63.257,4</b>
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais <sup>4</sup>	13.770,0	16.392,2	13.868,8	13.769,0	17.350,6	13.501,6	13.705,6	13.530,5	15.303,9	18.847,0	16.318,1	14.225,8	13.885,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	21.155,7	24.275,6	21.459,6	21.515,9	21.840,9	24.376,9	29.143,8	21.849,8	24.775,7	29.813,3	22.603,1	23.945,8	23.985,9
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	16.507,6	18.974,5	16.763,9	16.786,5	17.091,3	18.258,9	23.532,0	17.146,9	18.600,1	24.150,4	17.435,8	18.542,7	18.591,2
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	4.648,1	5.301,1	4.695,8	4.729,4	4.749,6	6.118,0	5.611,9	4.702,9	6.175,6	5.662,9	5.167,3	5.403,1	5.394,7
IV.3. Custeio e Capital	18.733,4	18.286,8	19.364,2	23.334,1	26.798,7	19.891,7	20.118,0	24.120,2	19.268,4	29.402,8	26.709,7	15.630,0	24.903,6
IV.3.1. Despesa do FAT	2.315,7	1.839,0	2.221,7	2.036,8	7.577,0	3.113,7	3.242,3	3.435,0	2.414,0	2.847,5	2.345,9	1.539,1	2.773,4
- Abono e Seguro Desemprego	2.301,2	1.805,4	2.146,4	1.995,3	7.536,7	3.059,6	3.216,0	3.410,3	2.371,4	2.784,9	2.315,6	1.507,2	2.729,9
- Demais Despesas do FAT	14,5	33,6	75,3	41,5	40,2	54,2	26,3	24,7	42,6	62,6	30,3	32,0	43,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>4</sup>	898,4	644,3	635,9	1.470,4	1.204,8	520,2	455,2	1.527,5	605,5	876,9	3.256,2	414,5	704,5
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	525,1	275,1	262,6	1.087,2	1.001,3	203,5	165,5	1.425,8	247,2	516,1	2.845,3	85,6	388,3
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	373,3	369,1	373,3	383,2	203,5	316,7	289,6	101,7	358,3	360,8	410,9	328,9	316,1
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>5</sup>	2.046,3	2.067,8	2.072,2	2.080,2	2.092,2	2.092,8	2.098,6	2.113,7	2.112,7	2.121,2	2.301,0	2.425,6	2.441,1
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	13.473,1	13.735,7	14.434,4	17.746,8	15.924,7	14.165,0	14.321,9	17.044,0	14.136,2	23.557,3	18.806,6	11.250,7	18.984,5
- Outras Despesas de Custeio	10.062,4	10.054,5	10.644,5	12.778,2	11.101,4	10.909,6	10.850,6	12.290,0	10.907,4	15.586,0	11.093,4	9.384,4	12.892,8
- Outras Despesas de Capital <sup>6</sup>	3.410,6	3.681,2	3.790,0	4.968,5	4.823,3	3.255,3	3.471,2	4.754,0	3.228,8	7.971,3	7.713,2	1.866,2	6.091,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	197,0	185,8	203,1	165,3	185,5	187,0	181,3	185,2	185,2	175,4	158,5	186,6	192,1
IV.5. Despesas do Banco Central	232,7	274,6	260,7	316,2	282,3	278,8	278,6	276,8	340,3	728,4	207,2	208,1	290,8
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB<sup>7</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>8.972,3</b>	<b>15.542,2</b>	<b>4.162,1</b>	<b>10.580,2</b>	<b>11.341,4</b>	<b>2.540,8</b>	<b>5.415,4</b>	<b>11.505,3</b>	<b>4.710,4</b>	<b>2.017,6</b>	<b>20.824,8</b>	<b>5.371,1</b>	<b>7.558,6</b>
VI.1. Tesouro Nacional	12.118,5	21.323,7	6.608,5	12.596,1	13.493,4	6.525,1	14.834,0	12.905,4	9.063,7	-3.092,6	23.841,6	10.484,2	9.386,1
VI.2. Previdência Social (RGPS) <sup>8</sup>	-3.135,5	-5.729,5	-2.419,8	-1.903,8	-2.084,8	-3.926,0	-9.350,4	-1.328,1	-4.216,7	4.885,9	-3.005,4	-5.143,4	-1.764,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano <sup>2</sup>	1.129,2	-910,6	1.778,4	2.360,7	2.222,7	1.719,4	-4.222,5	2.901,0	1.539,2	10.026,2	1.774,8	-96,8	3.197,3
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural <sup>2</sup>	-4.264,7	-4.818,9	-4.198,2	-4.264,5	-4.307,5	-5.645,5	-5.127,9	-4.229,1	-5.755,9	-5.140,3	-4.780,2	-5.046,6	-4.961,8
VI.3. Banco Central <sup>9</sup>	-10,7	-52,0	-26,6	-112,0	-67,2	-58,3	-68,2	-72,0	-136,6	224,3	-11,4	30,3	-63,0
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>10</sup></b>	<b>104,5</b>	<b>79,6</b>	<b>211,8</b>	<b>137,8</b>	<b>20,6</b>	<b>199,8</b>	<b>104,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>147,5</b>	<b>144,0</b>	<b>154,6</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>598,8</b>	<b>-401,7</b>	<b>78,2</b>	<b>-1.014,1</b>	<b>-443,7</b>	<b>-709,5</b>	<b>462,5</b>	<b>-101,4</b>	<b>97,7</b>	<b>485,3</b>	<b>-739,1</b>	<b>-198,6</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)<sup>11</sup></b>	<b>9.675,7</b>	<b>15.220,1</b>	<b>4.452,1</b>	<b>9.704,0</b>	<b>10.918,2</b>	<b>2.031,0</b>	<b>5.982,2</b>	<b>11.403,9</b>	<b>4.808,1</b>	<b>2.502,9</b>	<b>20.233,2</b>	<b>5.316,5</b>	<b>nd</b>
X. JUROS NOMINAIS <sup>11</sup>	-13.644,9	-14.405,6	-17.409,6	-16.329,5	-16.755,4	-19.244,1	-11.454,1	-14.524,7	-13.579,7	-15.973,9	-18.048,7	-14.362,3	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)<sup>11</sup></b>	<b>-3.969,2</b>	<b>814,4</b>	<b>-12.957,5</b>	<b>-6.625,5</b>	<b>-5.837,2</b>	<b>-17.213,1</b>	<b>-5.471,9</b>	<b>-3.120,8</b>	<b>-8.771,6</b>	<b>-13.471,0</b>	<b>2.184,4</b>	<b>-9.045,8</b>	<b>nd</b>

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>3</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>4</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>5</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>6</sup> Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

<sup>7</sup> Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

<sup>8</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>9</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>10</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>11</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

**TABELA A2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	<b>Mar/2011</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar/2012</b>
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>73.536,4</b>	<b>89.354,9</b>	<b>75.600,4</b>	<b>83.665,4</b>	<b>90.139,5</b>	<b>74.965,2</b>	<b>78.476,1</b>	<b>86.715,0</b>	<b>79.736,3</b>	<b>100.362,3</b>	<b>102.443,9</b>	<b>77.758,2</b>	<b>83.101,9</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>55.294,1</b>	<b>70.586,1</b>	<b>56.326,5</b>	<b>63.849,2</b>	<b>70.168,3</b>	<b>54.293,8</b>	<b>58.472,3</b>	<b>65.988,5</b>	<b>58.973,7</b>	<b>64.710,5</b>	<b>82.650,5</b>	<b>58.717,5</b>	<b>60.652,7</b>
I.1.1. Receita Bruta	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.684,3	56.611,4	59.909,5	68.853,8	60.791,5	65.556,4	83.386,8	59.324,5	61.124,5
I.1.1.1. Impostos	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5	25.321,3	25.435,0	35.366,3	27.889,0	32.952,3	42.373,8	25.671,4	30.138,5
IR	18.468,1	25.933,8	17.450,7	21.107,9	23.311,3	16.159,8	15.873,1	25.426,8	18.328,5	23.364,5	32.505,7	17.547,7	21.522,5
IR - Pessoa Física	838,2	4.861,4	2.635,7	1.842,2	1.697,4	1.719,3	1.563,8	2.383,7	1.414,9	1.235,7	1.188,2	857,6	992,6
IR - Pessoa Jurídica	8.635,0	11.160,9	6.182,8	6.673,6	12.380,8	6.080,9	5.804,3	12.611,7	6.656,1	6.100,6	17.727,1	8.207,9	10.362,5
IR - Retido na Fonte	8.994,9	9.911,6	8.632,2	12.592,0	9.233,0	8.359,6	8.505,0	10.431,4	10.257,5	16.028,2	13.590,3	8.482,2	10.167,4
IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.407,2	5.998,6	5.362,2	5.183,1	5.225,7	5.076,6	5.330,6	5.199,3	6.577,5	6.248,8	8.278,8	5.467,9	6.803,5
IRRF - Rendimentos do Capital	1.258,9	2.078,5	1.732,2	5.926,1	1.843,9	1.817,7	1.765,1	3.368,9	2.225,4	7.339,8	3.078,8	1.686,4	1.804,9
IRRF - Remessas ao Exterior	811,8	1.293,6	987,8	815,5	1.451,1	884,8	789,1	1.288,1	857,6	1.782,6	1.442,3	707,2	983,2
IRRF - Outros Rendimentos	517,0	540,9	550,0	667,3	712,4	580,5	620,2	575,0	597,0	657,1	790,4	620,7	575,8
IPI	3.585,8	3.862,8	3.637,8	3.755,0	4.115,0	3.781,8	4.073,7	4.587,3	4.138,5	4.036,1	4.582,4	3.487,2	3.602,3
IPI - Fumo	263,2	331,4	262,1	304,8	286,3	297,7	316,2	305,1	316,8	341,2	324,7	300,4	286,9
IPI - Bebidas	197,4	205,0	222,4	227,8	236,2	231,5	263,7	282,1	295,5	203,6	445,9	235,7	252,2
IPI - Automóveis	603,4	628,1	586,3	593,8	587,3	612,6	585,1	714,6	470,3	460,6	751,9	404,4	396,0
IPI - Vinculado a importação	1.062,1	1.002,4	1.044,3	1.029,4	1.098,3	1.198,9	1.248,4	1.356,3	1.444,9	1.331,4	1.287,6	1.233,0	1.355,5
IPI - Outros	1.459,7	1.695,9	1.522,6	1.599,3	1.906,9	1.441,0	1.660,3	1.929,2	1.611,0	1.699,4	1.772,2	1.313,8	1.311,8
IOF	1.991,5	2.802,1	2.669,7	2.810,3	2.833,9	2.904,3	2.740,9	2.858,5	2.627,7	2.999,7	2.930,6	2.450,9	2.583,4
Imposto de Importação	2.121,0	1.904,2	2.164,8	2.062,3	2.188,8	2.462,0	2.387,3	2.427,3	2.744,2	2.505,6	2.337,7	2.172,0	2.415,7
Outros	10,2	10,2	9,3	13,4	15,5	13,3	360,0	66,6	50,1	46,3	17,4	13,6	14,6
I.1.2. Contribuições	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5	23.171,2	22.753,7	25.306,9	23.068,8	22.767,6	30.666,5	22.663,5	23.722,4
COFINS	12.518,6	12.677,3	12.643,8	13.192,2	13.398,6	13.834,0	13.529,7	13.536,4	13.729,9	13.856,2	14.749,8	12.261,9	12.966,0
CPMF	11,2	5,3	7,0	4,8	11,2	32,2	7,9	6,4	23,5	17,3	8,4	42,4	4,5
CSLL	4.229,8	5.238,1	3.165,5	3.370,4	11.660,3	3.335,1	3.088,4	5.921,9	3.585,0	3.152,4	8.905,2	4.903,9	5.189,7
CIDE-Combustíveis	662,6	883,7	796,3	746,7	774,6	847,6	911,9	836,5	636,6	426,1	415,7	399,1	436,1
Pis/Pasep	3.287,0	3.394,8	3.425,4	3.482,4	3.545,4	3.585,6	3.565,9	3.515,7	3.572,4	3.685,3	3.993,7	3.443,5	3.577,9
Salário Educação	977,1	960,6	981,0	1.010,5	1.010,1	1.043,1	1.218,8	1.058,2	1.059,6	1.104,3	1.934,7	1.145,9	1.119,4
Outras	415,1	448,3	390,1	570,2	357,2	493,6	431,0	431,8	461,7	526,1	659,0	466,8	428,9
I.1.3. Demais	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.462,3	8.118,9	11.720,8	8.180,5	9.833,7	9.836,5	10.346,5	10.989,6	7.263,6
CPSS <sup>1</sup>	867,7	857,0	864,7	885,0	881,9	879,6	955,4	837,3	1.421,7	1.155,9	900,1	856,2	908,6
Cota parte de compensações financeiras	1.222,6	4.616,0	1.414,5	1.475,5	5.001,9	1.415,5	1.417,3	4.765,5	1.552,0	1.590,4	5.518,9	1.556,4	1.491,0
Diretamente arrecadadas	2.223,7	4.819,4	2.324,1	2.244,6	2.776,2	2.401,9	2.596,4	2.382,5	3.013,5	2.759,5	3.212,6	2.684,4	2.910,4
Concessões	15,6	11,4	1.071,9	346,4	55,7	11,4	14,6	39,6	17,8	2.088,1	291,3	8,7	5,9
Dividendos	1.616,3	2.245,9	2.570,6	2.302,8	1.511,6	932,1	4.589,3	9,1	2.100,7	532,7	0,0	4.961,8	3,2
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	1.317,3	243,4	1.213,2	6.902,6	-765,0	2.478,5	2.147,8	146,5	1.728,1	1.709,9	423,6	922,1	1.944,5
I.1.2. (-) Restituições	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6	-2.316,7	-1.336,7	-2.841,9	-1.817,9	-845,2	-736,3	-607,0	-439,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>18.020,2</b>	<b>18.546,2</b>	<b>19.039,8</b>	<b>19.612,1</b>	<b>19.756,1</b>	<b>20.450,9</b>	<b>19.793,4</b>	<b>20.521,6</b>	<b>20.559,0</b>	<b>34.699,2</b>	<b>19.597,7</b>	<b>18.802,3</b>	<b>22.221,4</b>
Urbana	17.636,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0	19.978,4	19.309,4	20.047,9	20.139,3	34.176,6	19.210,6	18.445,8	21.788,5
Rural	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1	472,5	484,0	473,7	419,7	522,6	387,1	356,5	432,9
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>222,1</b>	<b>222,6</b>	<b>234,1</b>	<b>204,1</b>	<b>215,1</b>	<b>220,4</b>	<b>210,5</b>	<b>204,9</b>	<b>203,7</b>	<b>952,7</b>	<b>195,8</b>	<b>238,4</b>	<b>227,8</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>10.475,2</b>	<b>14.397,7</b>	<b>16.281,9</b>	<b>13.984,7</b>	<b>12.340,1</b>	<b>14.188,4</b>	<b>9.633,4</b>	<b>15.247,2</b>	<b>15.152,4</b>	<b>19.377,7</b>	<b>15.622,5</b>	<b>18.190,9</b>	<b>12.285,9</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1	9.802,4	7.869,4	10.374,9	10.907,7	15.447,4	11.290,6	13.816,2	9.463,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 <sup>2</sup>	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1	0,0	0,0	589,6	0,0	0,0	447,9	0,0	0,0
II.4. Demais	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4	4.223,5	1.601,5	3.470,2	3.432,2	3.117,8	3.721,4	4.212,2	2.660,4
II.4.1. Salário Educação	598,4	586,1	577,0	588,2	606,3	625,8	731,3	634,8	635,8	602,2	1.160,8	687,5	
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	1.071,5	791,3	2.767,3	1.044,0	961,3	2.967,3	934,7	1.186,3	2.732,1	1.161,1	1.271,8	3.033,9	1.349,4
II.4.3. Fundef/Fundeb	501,5	1.586,2	501,5	1.047,6	512,7	634,0	0,0	1.268,0	0,0	1.268,0	1.795,7	0,0	606,9
II.4.4. Outras	14,3	14,7	14,4	14,3	20,2	16,1	41,0	284,5	65,3	52,9	51,7	17,5	16,6

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL \*

R\$ milhões

	Mar/2011	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2012
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>54.088,8</b>	<b>59.415,0</b>	<b>55.156,4</b>	<b>59.100,5</b>	<b>66.458,1</b>	<b>58.236,0</b>	<b>63.427,3</b>	<b>59.962,4</b>	<b>59.873,5</b>	<b>78.967,0</b>	<b>65.996,7</b>	<b>54.196,2</b>	<b>63.257,4</b>
<b>I.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>13.770,0</b>	<b>16.392,2</b>	<b>13.868,8</b>	<b>13.769,0</b>	<b>17.350,6</b>	<b>13.501,6</b>	<b>13.705,6</b>	<b>13.530,5</b>	<b>15.303,9</b>	<b>18.847,0</b>	<b>16.318,1</b>	<b>14.225,8</b>	<b>13.885,1</b>
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	125,3	3.167,8	778,9	276,1	302,0	136,6	161,7	285,7	56,3	153,6	81,2	120,0	178,9
<b>I.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>21.155,7</b>	<b>24.275,6</b>	<b>21.459,6</b>	<b>21.515,9</b>	<b>21.840,9</b>	<b>24.376,9</b>	<b>29.143,8</b>	<b>21.849,8</b>	<b>24.775,7</b>	<b>29.813,3</b>	<b>22.603,1</b>	<b>23.945,8</b>	<b>23.985,9</b>
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	16.507,6	18.974,5	16.763,9	16.786,5	17.091,3	18.258,9	23.532,0	17.146,9	18.600,1	24.150,4	17.435,8	18.542,7	18.591,2
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	219,5	2.514,9	234,8	322,4	292,1	407,3	337,8	247,8	468,3	249,3	114,8	247,2	251,9
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	4.648,1	5.301,1	4.695,8	4.729,4	4.749,6	6.118,0	5.611,9	4.702,9	6.175,6	5.662,9	5.167,3	5.403,1	5.394,7
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	62,2	706,6	66,2	90,8	82,3	137,3	80,9	68,4	156,4	59,0	34,3	72,5	73,5
<b>I.3. Custeio e Capital</b>	<b>18.733,4</b>	<b>18.286,8</b>	<b>19.364,2</b>	<b>23.334,1</b>	<b>26.798,7</b>	<b>19.891,7</b>	<b>20.118,0</b>	<b>24.120,2</b>	<b>19.268,4</b>	<b>29.402,8</b>	<b>26.709,7</b>	<b>15.630,0</b>	<b>24.903,6</b>
I.3.1. Despesa do FAT	2.315,7	1.839,0	2.221,7	2.036,8	7.577,0	3.113,7	3.242,3	3.435,0	2.414,0	2.847,5	2.345,9	1.539,1	2.773,4
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	2.301,2	1.805,4	2.146,4	1.995,3	7.536,7	3.059,6	3.216,0	3.410,3	2.371,4	2.784,9	2.315,6	1.507,2	2.729,9
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	14,5	33,6	75,3	41,5	40,2	54,2	26,3	24,7	42,6	62,6	30,3	32,0	43,5
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	898,4	644,3	635,9	1.470,4	1.204,8	520,2	455,2	1.527,5	605,5	876,9	3.256,2	414,5	704,5
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	525,1	275,1	262,6	1.087,2	1.001,3	203,5	165,5	1.425,8	247,2	516,1	2.845,3	85,6	388,3
Equalização de custeio agropecuário	178,4	138,4	3,1	93,1	45,0	0,0	0,0	411,0	9,0	9,2	453,2	0,0	86,7
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>4</sup>	0,0	0,1	6,2	-12,4	22,7	-15,9	0,0	-0,4	0,1	0,1	80,7	0,0	-18,3
Política de preços agrícolas	39,0	-63,6	60,7	109,3	244,8	-34,5	15,4	471,2	-20,9	-110,5	373,8	84,9	140,5
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,5	0,3	0,0	11,7	1,9	0,0	0,0	34,3	0,2	0,2	53,8	0,0	26,8
Equalização Aquisições do Governo Federal	-91,4	-63,9	-69,3	57,6	84,9	-34,5	-14,6	164,5	-21,1	-31,7	300,0	44,9	63,7
Garantia à Sustentação de Preços	130,0	0,0	130,0	40,0	158,0	0,0	30,0	272,4	0,0	-79,0	20,0	40,0	50,0
Pronaf	39,3	163,1	122,6	314,1	564,9	-1,8	10,7	153,4	0,3	-2,9	1.546,9	-0,6	68,3
Equalização Empréstimo do Governo Federal	8,1	161,4	117,1	291,0	542,6	0,0	0,0	133,7	1,3	10,2	1.528,2	0,0	47,3
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	31,3	1,7	5,5	23,2	22,3	-1,8	10,7	19,6	-1,0	-13,1	18,7	-0,6	21,1
Proex	26,0	1,4	30,1	9,7	25,3	62,7	61,4	12,6	-2,5	23,5	-34,4	-38,3	62,4
Equalização Empréstimo do Governo Federal	46,7	24,0	0,7	59,2	29,0	0,9	99,8	29,1	31,0	33,4	45,5	19,3	47,1
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	-20,7	-22,6	29,4	-49,5	-3,8	61,8	-38,5	-16,5	-33,5	-9,9	-79,9	-57,7	15,4
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) <sup>6</sup>	172,1	6,4	15,7	126,4	64,8	23,1	0,0	19,1	49,3	206,0	44,6	0,0	0,0
Álcool											0,7	0,0	0,0
Cacau	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA <sup>5</sup>	32,3	24,2	17,7	17,2	33,3	125,9	32,8	143,1	42,6	208,5	18,8	0,4	12,6
Funcafé	12,2	5,2	6,4	0,8	0,6	1,2	1,9	2,0	5,1	10,9	11,3	7,3	7,9
Revitaliza	25,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	61,4	0,0	-10,9
Programa de Sustentação ao Investimento (PSI)	0,0	0,0	0,0	429,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	240,0	0,0	0,0
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)											37,4	20,6	12,5
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) <sup>5</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-6,7	-5,8	-3,2
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,9	43,4	148,2	148,2	154,4	0,0	0,0	0,0
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu								65,7	15,8	17,0	17,0	17,1	29,8
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	373,3	369,1	373,3	383,2	203,5	316,7	289,6	101,7	358,3	360,8	410,9	328,9	316,1
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>7</sup>	2.046,3	2.067,8	2.072,2	2.080,2	2.092,2	2.092,8	2.098,6	2.113,7	2.112,7	2.121,2	2.301,0	2.425,6	2.441,1
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	13.473,1	13.735,7	14.434,4	17.746,8	15.924,7	14.165,0	14.321,9	17.044,0	14.136,2	23.557,3	18.806,6	11.250,7	18.984,5
I.3.5.1. Sentenças Judiciais e Precatórios	42,6	77,3	738,1	1.416,5	44,8	38,9	45,3	42,4	40,9	35,4	25,0	39,2	47,2
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	561,3	572,1	610,3	596,1	569,2	571,0	564,3	570,6	567,3	801,5	604,9	607,4	709,6
Legislativo	95,8	105,2	114,6	111,3	103,8	112,5	96,1	87,0	101,3	122,4	114,4	95,9	126,3
Judiciário	465,5	466,9	495,7	484,9	465,4	458,5	468,2	483,6	466,1	679,2	490,5	511,5	583,3
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	329,4	354,7	505,2	351,5	371,4	305,3	319,9	407,8	142,9	467,1	194,3	151,1	174,2
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.993,3	2.097,3	2.243,6	2.394,0	2.672,4	1.856,1	1.258,9	2.831,5	2.014,3	5.193,0	3.114,8	1.016,1	3.890,3
I.3.5.5. Outras Obrigatorias	92,9	113,9	124,2	145,0	141,2	156,5	120,5	891,5	171,4	407,3	512,9	156,8	913,6
I.3.5.6. Discricionárias	10.453,6	10.520,3	10.213,0	12.843,6	12.125,7	11.237,0	12.013,1	12.300,1	11.199,4	16.653,0	14.354,7	9.280,0	13.249,6
<b>I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>197,0</b>	<b>185,8</b>	<b>203,1</b>	<b>165,3</b>	<b>185,5</b>	<b>187,0</b>	<b>181,3</b>	<b>185,2</b>	<b>185,2</b>	<b>175,4</b>	<b>158,5</b>	<b>186,6</b>	<b>192,1</b>
<b>I.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>232,7</b>	<b>274,6</b>	<b>260,7</b>	<b>316,2</b>	<b>282,3</b>	<b>278,8</b>	<b>278,6</b>	<b>276,8</b>	<b>340,3</b>	<b>728,4</b>	<b>207,2</b>	<b>208,1</b>	<b>290,8</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	1.020,1	998,7	976,3	1.052,1	1.055,4	1.019,2	1.021,8	1.007,8	1.780,0	1.356,6	1.106,3	996,2	1.011,3
RMV <sup>7</sup>	152,4	151,5	149,7	148,1	146,7	145,0	143,3	142,2	140,7	139,2	150,8	155,8	154,7

<sup>1</sup> Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.<sup>2</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.<sup>3</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.<sup>4</sup> Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".<sup>5</sup> Concessão de empréstimos menores retornos.<sup>6</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.<sup>7</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

**TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL \***

R\$ milhões

	<b>Mar/2011</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar/2012</b>
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>73.611,2</b>	<b>80.508,6</b>	<b>87.599,8</b>	<b>77.869,6</b>	<b>82.379,2</b>	<b>92.358,6</b>	<b>77.614,4</b>	<b>78.793,0</b>	<b>93.472,8</b>	<b>113.794,7</b>	<b>76.641,1</b>	<b>93.974,8</b>	<b>81.786,7</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	52.142,6	58.106,1	63.938,5	55.178,7	60.919,4	67.978,0	53.431,3	54.411,6	71.615,5	73.165,4	54.658,8	72.460,9	59.683,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.810,0	1.388,6	2.284,2	1.837,6	1.297,9	2.476,9	1.872,5	1.950,4	1.154,7	3.216,1	1.704,3	1.717,0	1.790,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	478,3	185,7	291,8	152,5	170,9	115,0	142,0	178,3	164,2	170,1	344,8	178,1	179,1
I.5 - Receita do Salário Educação	1.083,7	1.067,4	1.089,0	1.121,7	1.120,2	1.155,4	1.182,5	1.177,7	1.175,7	1.229,9	2.153,4	1.272,2	1.239,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	18.096,5	19.760,8	20.066,4	19.579,2	18.897,2	20.634,4	21.086,5	21.098,4	19.362,7	36.013,9	17.779,8	18.346,6	18.926,0
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>76.132,6</b>	<b>80.238,3</b>	<b>88.486,6</b>	<b>82.907,2</b>	<b>94.114,2</b>	<b>91.445,3</b>	<b>78.088,1</b>	<b>79.288,2</b>	<b>99.952,2</b>	<b>103.890,5</b>	<b>84.887,1</b>	<b>91.132,1</b>	<b>91.784,9</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>13.611,2</b>	<b>17.998,4</b>	<b>19.704,7</b>	<b>16.869,8</b>	<b>15.827,0</b>	<b>17.659,0</b>	<b>13.578,2</b>	<b>18.077,3</b>	<b>18.409,9</b>	<b>19.616,0</b>	<b>19.337,9</b>	<b>22.791,2</b>	<b>15.871,3</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	8.662,3	11.488,9	13.073,7	11.863,4	10.137,5	10.447,5	8.384,4	11.051,8	11.622,8	16.278,1	12.048,2	14.732,6	10.085,4
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.684,0	1.870,0	3.356,7	1.646,5	2.152,9	3.589,6	1.601,7	2.791,8	3.448,4	1.738,9	2.401,8	4.221,1	2.051,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	3.102,3	4.477,0	3.111,9	3.197,4	3.374,0	3.459,4	3.429,5	3.421,2	2.526,2	786,5	4.725,4	3.675,0	3.571,5
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>62.521,4</b>	<b>62.239,9</b>	<b>68.781,9</b>	<b>66.037,3</b>	<b>78.287,2</b>	<b>73.786,3</b>	<b>64.510,0</b>	<b>61.210,9</b>	<b>81.542,2</b>	<b>84.274,5</b>	<b>65.549,2</b>	<b>68.340,9</b>	<b>75.913,6</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.837,1	17.716,6	14.847,3	18.336,4	14.972,2	14.886,0	15.147,2	14.879,9	21.846,4	17.445,1	17.372,7	15.135,8	15.073,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	334,8	607,4	129,4	148,7	1.305,7	640,3	106,8	94,3	119,4	713,0	1.571,6	99,6	191,8
i) Dívida Contratual Interna	108,5	107,4	98,6	101,0	104,4	134,4	95,9	94,3	85,9	643,9	66,5	92,5	172,8
ii) Dívida Contratual Externa	226,3	500,0	30,8	47,7	1.201,3	505,9	10,9	0,0	33,5	69,1	1.505,1	7,1	19,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	5.159,3	790,6	8.907,4	3.110,0	18.401,6	6.131,3	2.021,4	2.264,1	8.163,4	3.205,5	2.541,0	8.110,0	5.142,1
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	20.726,3	24.265,3	21.408,7	21.190,7	21.673,8	27.880,7	25.859,5	20.975,6	28.542,9	25.779,8	23.316,3	24.174,5	28.951,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	19.674,2	18.437,0	23.057,6	22.566,8	21.050,2	24.126,3	21.218,9	22.180,1	22.723,3	36.878,0	18.192,1	20.679,7	26.156,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	789,6	422,9	431,5	684,8	883,7	121,7	156,1	816,9	146,8	253,1	2.555,6	141,3	398,5
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-2.521,4</b>	<b>270,3</b>	<b>-886,8</b>	<b>-5.037,6</b>	<b>-11.735,0</b>	<b>913,3</b>	<b>-473,7</b>	<b>-495,1</b>	<b>-6.479,4</b>	<b>9.904,2</b>	<b>-8.246,0</b>	<b>2.842,7</b>	<b>-9.998,2</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>38.212,3</b>	<b>49.524,4</b>	<b>39.214,5</b>	<b>38.019,8</b>	<b>38.671,5</b>	<b>22.800,0</b>	<b>22.780,5</b>	<b>23.797,4</b>	<b>32.189,9</b>	<b>19.704,7</b>	<b>82.376,3</b>	<b>77.693,0</b>	<b>28.711,7</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	36.846,5	48.126,7	37.575,1	36.773,4	37.575,6	21.346,7	21.489,0	22.203,3	29.396,2	17.915,3	80.449,5	74.995,9	26.951,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.365,7	1.397,8	1.639,4	1.246,4	1.095,8	1.453,3	1.291,5	1.594,0	2.793,7	1.789,5	1.926,8	2.697,1	1.760,7
<b>V. DESPESAS</b>	<b>26.283,3</b>	<b>22.785,6</b>	<b>37.333,0</b>	<b>16.631,9</b>	<b>103.978,9</b>	<b>734,4</b>	<b>7.080,7</b>	<b>26.569,9</b>	<b>18.609,2</b>	<b>18.733,8</b>	<b>110.320,4</b>	<b>600,8</b>	<b>23.997,0</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	25.551,0	22.085,6	35.819,0	16.222,9	101.822,9	322,4	7.051,4	26.569,6	15.593,2	18.544,5	109.107,2	584,2	23.955,4
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	25.311,3	21.850,1	35.582,9	15.985,1	101.578,6	72,3	6.810,8	26.312,0	15.353,1	18.151,3	108.939,0	350,1	23.577,1
V.1.2 - Dívida Contratual	239,7	235,4	236,2	237,8	244,3	250,1	240,6	257,6	240,1	393,2	168,2	234,1	378,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	732,3	700,0	1.514,0	409,0	2.155,9	412,0	29,3	0,3	3.016,0	189,3	1.213,2	16,6	41,6
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (V.1 - V.1.1)</b>	<b>11.535,2</b>	<b>26.276,5</b>	<b>1.992,3</b>	<b>20.788,3</b>	<b>-64.003,0</b>	<b>21.274,4</b>	<b>14.678,2</b>	<b>-4.108,7</b>	<b>14.043,1</b>	<b>-236,1</b>	<b>-28.489,5</b>	<b>74.645,8</b>	<b>3.373,9</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>2.557,6</b>	<b>9.860,0</b>	<b>-4.387,0</b>	<b>-6.664,3</b>	<b>-14.449,8</b>	<b>19.105,3</b>	<b>8.745,8</b>	<b>13.458,5</b>	<b>6.726,6</b>	<b>-256,1</b>	<b>-16.904,7</b>	<b>12.058,1</b>	<b>52.629,9</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>11.965,1</b>	<b>36.869,1</b>	<b>-3.392,2</b>	<b>9.686,0</b>	<b>-91.492,2</b>	<b>42.084,1</b>	<b>23.971,9</b>	<b>10.190,8</b>	<b>13.827,9</b>	<b>10.619,0</b>	<b>-53.094,8</b>	<b>91.993,1</b>	<b>47.346,3</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	<b>Mar/2011</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar/2012</b>
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>30.431,4</b>	<b>9.869,3</b>	<b>9.519,9</b>	<b>8.335,7</b>	<b>36.014,6</b>	<b>22.905,3</b>	<b>8.745,8</b>	<b>25.958,5</b>	<b>26.539,4</b>	<b>29.899,0</b>	<b>4.095,3</b>	<b>18.058,1</b>	<b>104.701,0</b>
I.1. Emissão de Títulos	21.928,4	5.486,1	5.065,0	4.081,4	32.875,8	7.003,9	4.808,5	21.682,0	22.489,2	25.071,8	0,0	14.182,6	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.261,8	4.137,8	4.272,9	4.081,5	2.990,0	3.274,8	3.766,3	4.124,0	3.910,8	4.640,9	3.718,0	3.530,9	869,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	205,8	245,4	182,0	172,8	148,8	178,5	171,0	152,5	139,5	186,3	377,3	344,6	347,3
I.4. Resultado do Banco Central	5.035,5	0,0	0,0	0,0	0,0	12.448,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	103.484,1
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>27.873,8</b>	<b>9,4</b>	<b>13.906,9</b>	<b>15.000,0</b>	<b>50.464,4</b>	<b>3.800,0</b>	<b>0,0</b>	<b>12.500,0</b>	<b>19.812,9</b>	<b>30.155,2</b>	<b>21.000,0</b>	<b>6.000,0</b>	<b>55.000,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	22.780,7	9,4	10.135,6	13.235,4	43.702,0	0,0	0,0	12.008,5	17.787,4	24.978,0	18.000,0	0,0	43.965,8
II.2. Encargos da DPMF	5.093,1	0,0	3.771,2	1.764,6	6.762,4	3.800,0	0,0	491,5	2.025,5	5.177,2	3.000,0	6.000,0	11.034,2
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>2.557,6</b>	<b>9.860,0</b>	<b>-4.387,0</b>	<b>-6.664,3</b>	<b>-14.449,8</b>	<b>19.105,3</b>	<b>8.745,8</b>	<b>13.458,5</b>	<b>6.726,6</b>	<b>-256,1</b>	<b>-16.904,7</b>	<b>12.058,1</b>	<b>49.701,0</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mar/11	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/12
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>832.936,1</b>	<b>829.439,2</b>	<b>839.082,5</b>	<b>842.873,7</b>	<b>844.709,9</b>	<b>847.683,6</b>	<b>844.542,8</b>	<b>847.731,2</b>	<b>850.597,7</b>	<b>853.411,2</b>	<b>906.762,3</b>	<b>964.742,4</b>	<b>864.310,5</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>2.301.553,3</b>	<b>2.354.545,6</b>	<b>2.364.576,2</b>	<b>2.424.800,6</b>	<b>2.343.666,6</b>	<b>2.387.596,2</b>	<b>2.430.981,4</b>	<b>2.456.348,2</b>	<b>2.485.834,4</b>	<b>2.517.419,4</b>	<b>2.495.317,6</b>	<b>2.593.004,3</b>	<b>2.561.689,5</b>
DPMFi em Poder do Públ <sup>1</sup>	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8	1.752.613,4	1.783.060,6	1.724.320,5	1.760.186,6	1.775.901,2
DPMFi em Poder do Banco Central	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6	749.061,1	751.837,2	791.340,1	854.291,8	807.570,3
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4	-26.610,6	-27.248,9	-29.806,0	-30.625,1	-30.650,7
Demais Obrigações Internas	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2	10.770,6	9.770,5	9.463,0	9.151,1	8.868,8
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.468.617,2</b>	<b>1.525.106,5</b>	<b>1.525.493,6</b>	<b>1.581.926,9</b>	<b>1.498.956,8</b>	<b>1.539.912,6</b>	<b>1.586.438,6</b>	<b>1.608.617,0</b>	<b>1.635.236,8</b>	<b>1.664.008,2</b>	<b>1.588.555,3</b>	<b>1.628.261,9</b>	<b>1.697.379,0</b>
Disponibilidades Internas	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	435.095,3	456.418,1	474.835,5	476.209,6	396.952,5	433.980,2	495.856,5
Haveres junto aos Governos Regionais	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.580,8	486.564,7	486.316,1	484.195,9	484.254,8	483.994,7
Haveres da Administração Indireta	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.613,3	250.686,2	253.062,8	255.821,1	258.179,8	264.839,5	263.867,8	266.429,2	269.606,8
Haveres Administrados pela STN	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1	415.656,7	436.643,0	443.539,1	443.597,7	447.921,0
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>83.232,0</b>	<b>81.278,1</b>	<b>80.796,6</b>	<b>75.677,8</b>	<b>74.274,8</b>	<b>75.012,0</b>	<b>84.330,1</b>	<b>73.533,4</b>	<b>80.519,9</b>	<b>82.877,8</b>	<b>76.507,1</b>	<b>75.481,7</b>	<b>79.636,0</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>83.534,8</b>	<b>81.600,8</b>	<b>81.075,8</b>	<b>75.972,7</b>	<b>74.639,0</b>	<b>75.434,5</b>	<b>84.821,3</b>	<b>73.937,1</b>	<b>80.925,2</b>	<b>83.292,6</b>	<b>76.794,2</b>	<b>75.851,2</b>	<b>80.032,6</b>
Dívida Mobiliária	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0	69.383,6	71.722,5	66.211,6	65.437,6	69.010,3
Dívida Contratual	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1	11.541,6	11.570,1	10.582,6	10.413,6	11.022,2
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>302,8</b>	<b>322,7</b>	<b>279,2</b>	<b>294,9</b>	<b>364,2</b>	<b>422,5</b>	<b>491,2</b>	<b>403,8</b>	<b>405,3</b>	<b>414,9</b>	<b>287,1</b>	<b>369,5</b>	<b>396,6</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9	287,1	369,5	396,6
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>916.168,1</b>	<b>910.717,3</b>	<b>919.879,1</b>	<b>918.551,5</b>	<b>918.984,7</b>	<b>922.695,6</b>	<b>928.872,9</b>	<b>921.264,6</b>	<b>931.117,5</b>	<b>936.288,9</b>	<b>983.269,4</b>	<b>1.040.224,1</b>	<b>943.946,5</b>
<b>DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>23,6%</b>	<b>23,3%</b>	<b>23,3%</b>	<b>23,0%</b>	<b>22,8%</b>	<b>22,8%</b>	<b>22,8%</b>	<b>22,5%</b>	<b>22,6%</b>	<b>22,6%</b>	<b>23,7%</b>	<b>25,0%</b>	<b>22,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.<sup>2</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mar/11	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/12
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>2.301.553,3</b>	<b>2.354.545,6</b>	<b>2.364.576,2</b>	<b>2.424.800,6</b>	<b>2.343.666,6</b>	<b>2.387.596,2</b>	<b>2.430.981,4</b>	<b>2.456.348,2</b>	<b>2.485.834,4</b>	<b>2.517.419,4</b>	<b>2.495.317,6</b>	<b>2.593.004,3</b>	<b>2.561.689,5</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>11</sup></b>	<b>1.611.512,8</b>	<b>1.653.078,6</b>	<b>1.665.211,9</b>	<b>1.729.461,2</b>	<b>1.659.807,1</b>	<b>1.692.957,5</b>	<b>1.723.918,3</b>	<b>1.732.624,8</b>	<b>1.752.613,4</b>	<b>1.783.060,6</b>	<b>1.724.320,5</b>	<b>1.760.186,6</b>	<b>1.775.901,2</b>
LFT	535.040,2	544.186,9	553.808,7	544.947,7	552.534,0	560.437,3	560.610,9	565.160,1	564.728,6	548.664,1	556.027,0	497.750,4	475.496,3
LTN	328.884,9	341.510,3	368.353,2	416.106,3	333.917,2	347.775,0	365.593,4	357.675,9	380.993,8	402.376,0	426.579,9	470.872,9	491.030,2
NTN-B	406.550,3	421.960,9	391.740,4	412.326,0	427.018,9	432.793,1	441.275,3	451.146,4	443.606,0	453.528,8	466.263,1	503.107,9	514.458,6
NTN-C	60.952,9	60.986,4	61.758,6	62.134,3	60.547,1	61.341,7	61.667,8	61.632,2	62.143,9	62.443,1	60.893,7	61.103,1	61.848,2
NTN-F	245.163,8	250.571,2	254.944,2	260.188,2	252.759,2	256.328,2	260.177,6	263.372,6	266.926,7	280.253,1	179.929,7	193.041,5	198.190,5
Dívida Securitizada	8.986,9	9.030,8	9.673,8	9.063,4	9.032,8	10.086,4	8.982,5	9.009,8	8.989,6	9.718,6	9.557,3	9.562,5	9.642,7
Demais Títulos em Poder do Público	25.933,8	24.832,1	24.933,0	24.695,3	23.997,8	24.195,8	25.610,8	24.627,8	25.224,9	26.076,9	25.069,8	24.748,3	25.234,7
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>706.365,1</b>	<b>718.842,1</b>	<b>717.204,2</b>	<b>713.645,6</b>	<b>701.172,6</b>	<b>711.318,9</b>	<b>723.190,8</b>	<b>739.455,6</b>	<b>749.061,1</b>	<b>751.837,2</b>	<b>791.340,1</b>	<b>854.291,8</b>	<b>807.570,3</b>
LFT	251.002,7	253.110,7	255.610,5	243.081,5	245.433,4	248.068,6	250.404,0	252.611,6	254.784,4	226.960,1	228.981,4	230.695,2	177.356,1
LTN	129.846,7	136.429,7	142.864,2	144.251,8	127.842,7	133.125,4	139.435,9	128.285,5	134.447,9	148.876,8	184.218,9	200.206,1	202.302,8
Demais Títulos na Carteira do BCB	325.515,7	329.301,6	318.729,5	326.312,2	327.896,4	330.124,8	333.351,0	358.558,5	359.828,8	376.000,3	378.139,8	423.390,5	427.911,3
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-29.456,7</b>	<b>-30.218,7</b>	<b>-30.324,8</b>	<b>-30.508,3</b>	<b>-29.250,4</b>	<b>-28.320,6</b>	<b>-27.495,6</b>	<b>-26.781,4</b>	<b>-26.610,6</b>	<b>-27.248,9</b>	<b>-29.806,0</b>	<b>-30.625,1</b>	<b>-30.650,7</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>13.132,1</b>	<b>12.843,6</b>	<b>12.484,9</b>	<b>12.202,1</b>	<b>11.937,4</b>	<b>11.640,4</b>	<b>11.367,9</b>	<b>11.049,2</b>	<b>10.770,6</b>	<b>9.770,5</b>	<b>9.463,0</b>	<b>9.151,1</b>	<b>8.868,8</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>83.534,8</b>	<b>81.600,8</b>	<b>81.075,8</b>	<b>75.972,7</b>	<b>74.639,0</b>	<b>75.434,5</b>	<b>84.821,3</b>	<b>73.937,1</b>	<b>80.925,2</b>	<b>83.292,6</b>	<b>76.794,2</b>	<b>75.851,2</b>	<b>80.032,6</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>63.981,6</b>	<b>62.612,6</b>	<b>62.111,3</b>	<b>61.866,6</b>	<b>60.603,5</b>	<b>61.024,8</b>	<b>68.201,2</b>	<b>63.500,0</b>	<b>69.383,6</b>	<b>71.722,5</b>	<b>66.211,6</b>	<b>65.437,6</b>	<b>69.010,3</b>
Euro	4.569,6	4.638,9	4.108,1	4.044,2	3.966,1	4.077,2	4.236,1	4.038,2	4.198,4	4.214,5	3.984,0	3.927,0	4.202,2
Global US\$	47.582,0	46.040,1	45.960,0	45.670,7	45.023,9	45.225,7	52.148,0	47.547,1	53.153,9	55.362,7	50.628,8	49.807,8	53.022,9
Global BRL	11.703,5	11.810,9	11.919,3	12.028,7	11.490,2	11.595,6	11.701,9	11.809,3	11.917,7	12.027,1	11.488,6	11.594,0	11.700,4
Demais Títulos Externos	126,4	122,7	123,9	123,0	123,3	126,3	115,1	105,4	113,6	118,2	110,2	108,8	84,9
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>19.553,3</b>	<b>18.988,2</b>	<b>18.964,5</b>	<b>14.106,1</b>	<b>14.035,6</b>	<b>14.409,7</b>	<b>16.620,1</b>	<b>10.437,1</b>	<b>11.541,6</b>	<b>11.570,1</b>	<b>10.582,6</b>	<b>10.413,6</b>	<b>11.022,2</b>
Organismos Multilaterais	16.083,7	15.485,2	15.393,4	10.264,8	10.166,8	10.370,7	12.046,9	6.312,1	6.726,4	6.913,0	6.396,5	6.302,1	6.638,6
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.469,6	3.503,0	3.571,1	3.841,3	3.868,7	4.039,0	4.573,2	4.125,0	4.815,2	4.657,1	4.186,1	4.111,6	4.383,6
<b>III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>2.385.088,1</b>	<b>2.436.146,5</b>	<b>2.445.651,9</b>	<b>2.500.773,3</b>	<b>2.418.305,7</b>	<b>2.463.030,7</b>	<b>2.515.802,7</b>	<b>2.530.285,3</b>	<b>2.566.759,6</b>	<b>2.600.712,0</b>	<b>2.572.111,8</b>	<b>2.668.855,6</b>	<b>2.641.722,1</b>
<b>DIVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>12</sup></b>	<b>61,5%</b>	<b>62,3%</b>	<b>61,9%</b>	<b>62,6%</b>	<b>60,1%</b>	<b>60,8%</b>	<b>61,7%</b>	<b>61,7%</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,8%</b>	<b>61,9%</b>	<b>64,1%</b>	<b>62,9%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mar/11	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/12
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.468.617,2</b>	<b>1.525.106,5</b>	<b>1.525.493,6</b>	<b>1.581.926,9</b>	<b>1.498.956,8</b>	<b>1.539.912,6</b>	<b>1.586.438,6</b>	<b>1.608.617,0</b>	<b>1.635.236,8</b>	<b>1.664.008,2</b>	<b>1.588.555,3</b>	<b>1.628.261,9</b>	<b>1.697.379,0</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>378.930,0</b>	<b>432.057,2</b>	<b>424.830,3</b>	<b>449.146,5</b>	<b>364.960,7</b>	<b>403.164,2</b>	<b>435.095,3</b>	<b>456.418,1</b>	<b>474.835,5</b>	<b>476.209,6</b>	<b>396.952,5</b>	<b>433.980,2</b>	<b>495.856,5</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>479.273,0</b>	<b>481.784,8</b>	<b>482.685,5</b>	<b>482.259,8</b>	<b>481.916,7</b>	<b>480.493,9</b>	<b>483.523,5</b>	<b>485.580,8</b>	<b>486.564,7</b>	<b>486.316,1</b>	<b>484.195,9</b>	<b>484.254,8</b>	<b>483.994,7</b>
Bônus Renegociados	5.094,2	4.721,1	4.724,4	4.668,2	4.645,0	4.728,2	5.505,0	4.738,9	5.149,3	5.287,0	4.892,3	4.787,9	4.944,9
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.094,6	2.066,1	2.039,1	2.011,4	1.985,1	1.960,0	1.934,4	1.907,5	1.880,6	1.854,4	1.829,5	1.802,5	1.780,9
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.852,8	11.892,4	11.918,8	11.886,8	11.853,4	11.819,9	11.858,1	11.912,7	11.925,7	11.942,0	11.906,8	11.907,1	11.879,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	32.729,4	32.348,1	31.880,7	31.483,5	31.042,8	30.521,4	30.140,7	29.738,8	29.360,7	26.983,0	26.511,6	26.046,2	25.561,1
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	358.275,8	360.930,9	362.304,4	362.302,6	362.265,1	361.507,8	363.607,3	366.234,8	367.684,0	369.357,5	368.404,4	370.187,7	370.239,3
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	57.379,4	58.057,3	58.234,4	58.349,1	58.602,6	58.483,9	58.939,8	59.490,8	59.851,1	59.271,6	59.256,8	59.570,4	59.725,0
Antecipação de Royalties	9.373,2	9.293,5	9.097,6	9.077,4	9.040,1	8.987,4	9.018,2	9.050,7	9.069,2	9.065,6	8.865,3	7.661,5	7.574,1
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.473,8	2.475,4	2.485,9	2.480,8	2.479,1	2.485,1	2.519,9	2.506,5	2.544,1	2.555,0	2.529,1	2.291,5	2.289,5
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>241.669,9</b>	<b>243.159,1</b>	<b>245.738,6</b>	<b>247.982,7</b>	<b>248.613,3</b>	<b>250.686,2</b>	<b>253.062,8</b>	<b>255.821,1</b>	<b>258.179,8</b>	<b>264.839,5</b>	<b>263.867,8</b>	<b>266.429,2</b>	<b>269.606,8</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	149.142,1	150.092,9	151.872,0	152.822,5	151.117,3	151.923,8	152.804,8	153.621,8	154.522,7	158.477,7	156.767,2	157.790,6	159.905,6
Fundos Constitucionais Regionais	59.921,7	60.553,8	61.251,9	61.940,0	62.625,5	63.296,6	63.830,1	64.716,0	65.350,5	66.175,8	66.844,6	67.757,4	68.393,4
Fundos Diversos	32.606,2	32.512,4	32.614,7	33.220,2	34.870,5	35.465,8	36.427,9	37.483,2	38.306,6	40.185,9	40.256,0	40.881,2	41.307,8
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>368.744,3</b>	<b>368.105,4</b>	<b>372.239,2</b>	<b>402.537,9</b>	<b>403.466,1</b>	<b>405.568,4</b>	<b>414.757,0</b>	<b>410.797,1</b>	<b>415.656,7</b>	<b>436.643,0</b>	<b>443.539,1</b>	<b>443.597,7</b>	<b>447.921,0</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.647,3	5.653,0	5.659,3	5.666,9	5.672,1	5.677,4	5.699,0	5.705,4	5.710,6	5.712,3	5.720,9	5.724,1	5.726,4
Haveres de Operações Estruturadas	50.360,4	50.408,3	53.533,1	53.561,8	53.678,9	54.209,8	56.650,8	55.891,4	57.330,3	59.978,6	58.877,6	58.810,2	60.174,4
Haveres Originários de Privatizações	7.790,9	7.783,8	7.769,8	7.764,6	7.758,8	7.753,2	8.210,5	8.204,5	8.198,0	8.191,4	8.185,3	8.179,0	8.171,7
Haveres de Legislação Específica	278.318,5	277.901,8	278.975,1	309.377,8	310.062,1	311.535,9	317.162,6	314.604,1	317.943,9	336.235,0	344.487,9	344.741,2	347.408,9
Demais Haveres Administrados pela STN	26.627,3	26.358,6	26.301,8	26.166,8	26.294,1	26.392,0	27.034,0	26.391,6	26.474,0	26.525,8	26.267,4	26.143,2	26.439,6
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>302,8</b>	<b>322,7</b>	<b>279,2</b>	<b>294,9</b>	<b>364,2</b>	<b>422,5</b>	<b>491,2</b>	<b>403,8</b>	<b>405,3</b>	<b>414,9</b>	<b>287,1</b>	<b>369,5</b>	<b>396,6</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9	287,1	369,5	396,6
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.468.920,0</b>	<b>1.525.429,2</b>	<b>1.525.772,8</b>	<b>1.582.221,8</b>	<b>1.499.321,0</b>	<b>1.540.335,2</b>	<b>1.586.929,9</b>	<b>1.609.020,7</b>	<b>1.635.642,0</b>	<b>1.664.423,1</b>	<b>1.588.842,4</b>	<b>1.628.631,5</b>	<b>1.697.775,6</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>11</sup></b>	<b>37,9%</b>	<b>39,0%</b>	<b>38,6%</b>	<b>39,6%</b>	<b>37,3%</b>	<b>38,0%</b>	<b>38,9%</b>	<b>39,2%</b>	<b>39,7%</b>	<b>40,2%</b>	<b>38,2%</b>	<b>39,1%</b>	<b>40,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>11</sup>PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO MARÇO 2012/2011 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2011						2012					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	198.227,6	3.167,6	829,3	829,3	13.528,8	14.358,1	207.627,1	5.191,9	110,5	110,46	7.706,4	7.816,8
Senado Federal	57.216,5	2.550,8	309,5	309,5	7.903,8	8.213,3	53.612,8	1.767,0	573,4	573,4	1.774,3	2.347,6
Tribunal de Contas da União	48.605,2	1.222,4	459,4	459,4	9.605,8	10.065,2	48.953,9	5.625,3	1.542,6	1.542,6	5.792,7	7.335,3
Supremo Tribunal Federal	62.428,3	3.497,6	95,3	92,2	4.231,2	4.323,4	56.460,3	4.190,9	447,0	446,9	3.730,0	4.176,9
Superior Tribunal de Justiça	26.210,4	1.750,4	407,8	406,0	1.632,2	2.038,2	24.531,0	3.301,0	6,9	6,9	4.743,7	4.750,7
Justiça Federal	298.578,5	241.025,6	1.440,9	1.433,4	67.917,7	69.351,1	263.256,9	457.429,8	2.486,3	2.412,6	49.662,0	52.074,6
Justiça Militar	11.737,2	73,7	7,5	7,5	1.515,0	1.522,5	17.968,8	114,5	17,1	17,1	2.817,0	2.834,1
Justiça Eleitoral	241.636,4	8.598,8	281,3	251,4	53.411,3	53.662,7	260.220,5	6.583,6	485,0	412,5	80.766,0	81.178,5
Justiça do Trabalho	275.485,8	35.151,2	1.322,0	1.270,6	44.135,7	45.406,3	530.101,3	50.224,1	5.811,1	5.738,3	50.471,6	56.209,9
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	73.307,8	1.593,7	47,5	46,2	8.592,6	8.638,7	75.638,9	6.983,7	431,4	431,4	13.698,2	14.129,5
Conselho Nacional de Justiça	77.101,5	6.410,7	4,5	4,5	5.344,6	5.349,1	95.069,3	499,9	8,9	8,9	55.371,8	55.380,7
Presidência da República <sup>3</sup>	1.317.357,5	6.591,8	937,6	721,9	400.307,9	401.029,7	2.185.856,3	27.236,7	793,3	67,9	143.890,9	143.958,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	414.482,1	99,7	1,2	1,2	15.613,6	15.614,8	202.646,4	4.673,5	55,7	55,7	80.665,2	80.720,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.212.294,4	2.034,8	9,4	9,2	104.188,2	104.197,3	1.825.238,6	289,2	-	-	96.069,8	96.069,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.288.946,1	200.301,4	31.790,5	7.764,0	199.589,8	207.353,9	1.908.666,6	163.912,3	31.009,9	7.711,7	126.339,1	134.050,8
Ministério da Fazenda	1.547.399,2	57.334,3	25.869,5	25.854,0	228.304,2	254.158,2	1.049.902,9	83.900,0	18.916,3	18.544,7	176.046,5	194.591,2
Ministério da Educação	8.718.920,6	795.271,0	30.009,9	23.185,1	2.035.542,4	2.058.727,5	12.279.906,2	757.177,3	55.100,3	51.923,9	2.019.197,0	2.071.120,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	67.405,3	731,5	2,4	2,4	5.647,1	5.649,5	204.833,8	8.011,1	1.327,3	1.327,3	17.367,2	18.694,5
Ministério da Justiça	1.503.553,8	34.056,7	3.407,1	3.403,1	125.066,7	128.469,8	2.400.795,3	49.315,5	427,0	427,0	95.770,2	96.012,3
Ministério de Minas e Energia	207.136,1	4.280,7	6,9	6,9	18.704,3	18.711,3	112.805,3	10.992,7	1.957,7	1.943,9	11.999,9	13.943,8
Ministério da Previdência Social	173.501,0	6.114,9	215,3	-	38.456,6	38.456,6	277.418,4	40.997,1	937,1	937,1	334,0	21.505,6
Ministério Público da União	301.041,0	11.931,4	2.160,2	2.158,4	41.752,3	43.910,7	208.680,9	1.576,8	154,6	154,6	130,0	92.068,4
Ministério das Relações Exteriores	66.965,0	1.280,5	1.244,2	1.244,2	945,3	2.189,5	70.950,0	8.532,5	7.390,5	7.390,5	1.111,5	8.502,0
Ministério da Saúde	4.812.267,5	129.039,0	38.070,3	37.383,2	511.308,4	548.691,7	9.698.355,0	442.016,0	123.924,2	109.018,9	665.238,5	774.257,3
Ministério do Trabalho e Emprego	84.169,3	414,3	25,9	25,9	6.752,8	6.778,7	89.043,3	3.505,0	24,3	22,3	9.551,9	9.574,2
Ministério dos Transportes	17.445.510,5	1.498.807,8	14.209,7	468,4	3.693.532,7	3.694.001,1	17.758.231,5	2.102.725,5	25.068,6	25.068,6	1.674.716,2	1.699.784,8
Ministério das Comunicações	347.127,4	50.004,4	-	-	8.146,7	8.146,7	433.383,2	3.745,7	0,5	0,5	25.045,6	25.046,0
Ministério da Cultura	332.307,7	1.521,2	-	-	20.108,7	20.108,7	646.692,4	298.454,5	119,1	97,1	20.670,0	20.767,1
Ministério do Meio Ambiente	273.078,3	1.677,8	82,1	13,6	17.631,2	17.644,8	228.569,0	2.102,8	224,2	224,2	17.874,0	18.098,2
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.986.100,9	146,6	0,1	0,1	69.007,0	69.007,0	2.446.866,4	96.659,5	38,0	38,0	100.566,1	100.604,1
Ministério do Esporte	1.441.920,3	17,1	0,1	0,1	28.921,7	28.921,7	1.468.569,1	21,2	3,7	3,7	147.778,8	147.782,5
Ministério da Defesa	7.016.454,4	685.037,7	36.357,1	30.672,1	1.915.122,6	1.945.794,6	9.279.067,2	2.271.781,6	582.829,8	581.203,2	1.068.390,8	1.649.594,0
Ministério da Integração Nacional	4.616.395,0	280.693,9	170.077,9	168.210,9	832.580,0	1.000.790,9	6.473.445,4	453.002,9	97.248,3	97.241,8	592.096,0	689.337,8
Ministério do Turismo	2.644.014,8	13.345,7	-	-	60.145,3	60.145,3	1.907.944,5	550,0	4,3	4,3	156.777,1	156.781,4
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	215.741,0	2.948,1	1,2	1,2	56.988,3	56.989,5	1.146.594,4	2.848,4	441,8	441,8	262.030,9	262.472,6
Ministério das Cidades	17.080.076,0	209.223,1	17.311,2	1.588,6	1.703.355,8	1.704.944,4	17.262.109,6	145.067,4	8.318,5	8.318,5	6.820.048,4	6.828.366,8
Ministério da Pesca e Agricultura	286.369,5	10,4	-	-	23.293,5	23.293,5	125.848,5	688,0	2,3	2,0	28.478,7	28.480,7
Conselho Nacional do Ministério Público	286.369,5	-	-	-	340,9	340,9	18.511,8	4,2	-	-	333,0	333,0
<b>TOTAL</b>	<b>77.057.439,4</b>	<b>4.297.958,2</b>	<b>376.994,9</b>	<b>307.824,4</b>	<b>12.379.172,6</b>	<b>12.686.997,0</b>	<b>93.344.392,6</b>	<b>7.521.698,7</b>	<b>968.237,2</b>	<b>923.057,2</b>	<b>14.748.161,1</b>	<b>15.671.218,3</b>

Dados sujeitos à alteração.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.<sup>3</sup> Inclui 'Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União'.

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVII - nº 3 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**MARÇO / 2012**

## Comentários

Em março de 2012 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de -32,1%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.302.205,0 (mil), ante R\$ 10.751.823,1 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

## Distribuição do FPM/FPE

Origens	2011		2012		Variação Nominal	
	Fevereiro	Março	Fevereiro	Março	Mar/2012 Fev/2012	Mar/2012 Mar/2011
FPM	4.920.685,4	3.212.323,4	5.498.091,5	3.734.082,1	-32,1%	16,2%
FPE	4.701.988,1	3.069.553,4	5.253.731,7	3.568.122,8	-32,1%	16,2%
IPI-Exp	299.090,5	219.687,7	301.143,4	268.225,1	-10,9%	22,1%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

## Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM (sem a EC55/2007)		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
FEVEREIRO	-36,0%	-32,1%	-36,0%	-32,1%	+ 128 %	-10,9%

## Estimativa Trimestral

FUNDOS	ABR/MAR	MAI/ABR	JUN/MAI
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 17,0%	+ 32,0%	- 12,0%
IPI - EXP	- 6,0%	+ 21,0%	+ 6,0%

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2012 a 20/03/2012, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
FEV /3º DEC	2.032.214	8.796.479	10.828.693	MAR/1º DEC	1.862.535	1.949.165	162.577	<b>3.974.277</b>
MAR/1º DEC	680.749	1.095.577	1.776.326	MAR/2º DEC	305.528	319.739	54.460	<b>679.727</b>
MAR/2º DEC	639.851	7.500.030	8.139.881	MAR/3º DEC	1.400.060	1.465.179	51.188	<b>2.916.426</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.352.814</b>	<b>17.392.086</b>	<b>20.744.900</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.568.123</b>	<b>3.734.082</b>	<b>268.225</b>	<b>7.570.430</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;

## Distribuição dos Fundos

Estados	UF	FPM		IPI-EXP
		FPE	FPM	
ACRE	AC	18.526,3	122.065,5	25,6
ALAGOAS	AL	88.880,4	148.437,5	374,8
AMAZONAS	AM	55.235,1	99.564,9	1.940,0
AMAPÁ	AP	13.277,0	121.744,4	456,2
BAHIA	BA	339.577,1	335.268,0	13.975,7
CEARÁ	CE	194.771,9	261.789,6	1.756,9
DISTRITO FEDERAL	DF	6.275,8	24.627,2	263,2
ESPÍRITO SANTO	ES	65.824,9	53.521,8	16.402,6
GOIÁS	GO	136.241,3	101.445,3	4.453,7
MARANHÃO	MA	155.321,9	257.554,2	2.650,8
MINAS GERAIS	MG	489.191,5	158.942,0	40.590,8
MATO GROSSO DO SUL	MS	56.695,5	47.527,4	3.737,9
MATO GROSSO	MT	68.146,7	82.348,7	3.100,6
PARÁ	PA	137.359,3	218.083,7	17.262,6
PARAÍBA	PB	120.637,1	170.873,8	285,7
PERNAMBUCO	PE	187.281,8	246.207,6	1.266,6
PIAUÍ	PI	98.985,0	154.192,9	60,5
PARANÁ	PR	253.670,0	102.876,1	20.238,4
RIO DE JANEIRO	RJ	112.555,8	54.510,2	48.117,3
RIO GRANDE DO NORTE	RN	94.058,7	149.072,6	224,1
RONDÔNIA	RO	31.611,6	100.464,1	370,1
RORAIMA	RR	10.276,5	88.514,4	16,7
RIO GRANDE DO SUL	RS	252.939,8	84.022,2	22.804,8
SANTA CATARINA	SC	145.364,4	45.664,8	14.002,1
SERGIPE	SE	55.705,3	148.266,2	96,4
SÃO PAULO	SP	492.621,4	35.681,2	53.645,0
TOCANTINS	TO	53.050,0	154.856,5	
<b>TOTAL</b>		<b>3.734.082,1</b>	<b>3.568.122,8</b>	<b>268.225,1</b>

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 2011, foi publicada a Portaria STN nº 811, de 7 de dezembro de 2011, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2012, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-1519

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br